AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 39 | Nº 08 | AGOSTO 2019 | R$ 15,00



ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

FIQUE POR DENTRO DAS REGRAS QUE IMPACTAM O AGRO BRASILEIRO

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

ECONOMIA SEGUNDO SEMESTRE SERÁ MELHOR

SOJA LUCRO SERÁ MENOR, MAS SEM OS PROBLEMAS APONTADOS PELA MÍDIA

ALGODÃO RESULTADO DEPENDERÁ DA GESTÃO DA COMERCIALIZAÇÃO

Sicredi.
Investimentos com propósito.



Em um mundo cada vez mais colaborativo, queremos unir pessoas com os mesmos propósitos.

Aqui no Sicredi a gente entende que as melhores escolhas são aquelas que trazem resultados para todos. Temos 4 milhões de associados e oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros de um jeito simples e próximo para você, para a sua empresa e para o seu agronegócio. Contamos com um portfólio diversificado de produtos, atendendo diferentes perfis de investidores. Administramos mais de R$ 107 bilhões, o que faz do Sicredi um dos maiores gestores de recursos do Brasil. **Seja qual for o seu perfil, nós temos o investimento que você procura.**

Invista no Sicredi *e conte com a primeira instituição financeira cooperativa do Brasil.*

SAC - 0800 724 7220 / **Deficientes Auditivos ou de Fala** - 0800 724 0525. **Ouvidoria** - 0800 646 2519.
Sicredi Fone - 3003 4770 - Capitais e Regiões Metropolitanas (custo de uma ligação local) / 0800 724 4770 - Demais Regiões
sicredi.com.br

Sicredi

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas,
José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Luiz Carlos Duque
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.agroanalysis.com.br
e nos acompanhe nas redes sociais.

Twitter: @agroanalysis
Instagram: /fgv.agroanalysis
Facebook: /fgv.agroanalysis

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

DETALHES DO ACORDO COMERCIAL ENTRE O MERCOSUL E A UE

DESDE 2014, a economia brasileira vem registrando um desempenho fraco em termos de crescimento econômico. Após o aprofundamento da recessão em 2015 e 2016, a atividade econômica doméstica passou a dar sinais de recuperação mais concretos a partir de 2017, mas a perspectiva de recuperação em 2018 foi abatida pela greve dos caminhoneiros. Para 2019, as perspectivas iniciais apontavam algum grau de otimismo, contudo todos os setores registraram crescimento entre quase nulo e levemente moderado. O desemprego permanece alto, embora tenha registrado leve queda.

Para o segundo semestre, o cenário para a economia é mais favorável. As medidas que estão sendo tomadas pelo Governo deverão gerar resultados mais fortes apenas a partir do próximo ano, mas, neste momento, melhoram a expectativa dos agentes, o que é positivo. A inflação deve se manter controlada, podendo ocorrer um novo ciclo de redução da taxa básica de juros, e o real deve se valorizar. O crescimento econômico deve terminar o ano próximo de 1%.

O recente acordo comercial entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE) teve ampla repercussão na mídia nacional. Delongado há duas décadas, esse pacto representa um fato importante por se contrapor às recentes ideologias protecionistas no comércio internacional. Essa será uma das maiores áreas de livre-comércio do mundo, com um mercado de 780 milhões consumidores, o correspondente a um quarto da economia mundial. Mais de 90% dos produtos comercializados entre os dois blocos terão as tarifas eliminadas, enquanto, no restante, serão aplicadas cotas preferenciais de importação com tarifas reduzidas. Com variação conforme o produto, o processo de eliminação de tarifas deve levar até quinze anos a partir da data de definição da parceria. Agora, cumprirá ao Parlamento europeu e ao Congresso dos quatro países do MERCOSUL destrincharem a aprovação do tratado. Ainda que os resultados venham a se concretizar a médio e longo prazos, espera-se um maior dinamismo de complementariedade entre as economias dos dois blocos, seja no comércio de produtos e serviços, seja em investimento.

Com o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2019/20, os recursos para a subvenção do prêmio poderão, pela primeira vez, causar algum impacto sobre o mercado, com R$ 1 bilhão sem contingenciamento. Esse pode ser o primeiro sinal de que, no futuro, as apólices de seguros venham a servir como garantia nas operações de financiamento. Os médios e os grandes produtores poderão buscar recursos em outras fontes e pleitear taxas de juros mais competitivas. Além disso, os próprios bancos terão mais disposição para emprestar. Cerca de quatorze operadoras estão habilitadas a operar a venda de seguro.

Outra novidade do PAP da safra 2019/20 consiste na adoção de medidas para transferir recursos financeiros do mercado de capitais ao agro. Os títulos do agronegócio deverão ser utilizados para a concessão de crédito rural a taxas de juros livres no mercado. Nesse contexto, o lançamento da plataforma Bolsa Agro CPR, criada pela Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM), vem em boa hora. Os títulos passarão a ser 100% digitais. Esse instrumento trará mais clareza e segurança técnica e jurídica às conhecidas Cédulas de Produto Rural (CPRs) de gaveta. Além disso, trará solução para o trâmite demorado dos registros de garantias extrajudiciais em cartórios de um volume considerável de CPRs emitidas no Brasil.

Artigos veiculados na mídia nas últimas semanas indicaram que o cenário para o produtor de soja foi muito ruim na safra passada (2018/19) e será pior na atual. Há relatos de produtores que tiveram prejuízo na safra que acabou e, diante do panorama desfavorável, estão reduzindo a compra de insumos para o novo plantio. Em casos extremos, investidores estão sendo obrigados a vender a terra para pagar dívidas. Essas notícias não têm fundamento real, e causa até estranheza sua publicação. Nenhum dos dados de venda de terras, nem do grande aumento da inadimplência dos sojicultores, pode ser confirmado por nós. Estimativas apontam que, em Mato Grosso e no Paraná, o resultado da atividade tem diminuído ano a ano, mas ainda é positivo. Ou seja, a lucratividade tem piorado, e, mais do que nunca, uma gestão eficaz é necessária. Na safra 2019/20, a previsão é de que o sojicultor lucre R$ 306,61 por hectare no Paraná e R$ 249,56 por hectare em Mato Grosso.

No mercado de algodão, o aumento da produção de pluma nas duas últimas safras pressionou para baixo os preços no mercado interno, reduzindo o resultado do produtor na safra 2018/19. Para a safra 2019/20, as estimativas apontam um prejuízo de R$ 504,56 ou até um lucro de R$ 1.220,44 dependendo do preço pelo qual o produtor conseguir vender a produção.

Preocupante é a situação das usinas de álcool. De acordo com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), do total de 444 usinas no Brasil, 27% estão em recuperação judicial ou falidas. Além disso, 101 unidades não estão operando. A médio prazo, poderá haver um enxugamento do parque sucroalcooleiro. Na próxima edição, a ***Agroanalysis*** trará um artigo mais detalhado sobre o quadro das usinas.

A Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) e a CropLife Latin America realizaram o Fórum Internacional Inovação para Sustentabilidade na Agricultura. No centro das discussões, estiveram a importância da adoção de tecnologia, as boas práticas agrícolas e a necessidade de uma comunicação transparente com a sociedade para a reputação do alimento brasileiro. A agricultura teve um aumento significativo na produtividade das suas lavouras, e o Projeto de Lei nº 6.299 será fundamental para a continuidade dessa *performance*, pois dará mais eficiência ao processo regulatório dos defensivos, com rigor científico.

O Caderno Especial apresenta, pela décima primeira vez na ***Agroanalysis***, os posicionamentos e as iniciativas da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo). Os números apresentados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) no relatório "Perspectivas Agrícolas 2019-2028" corroboram as expectativas positivas para o agro nacional. A entidade trabalha intensamente com parcerias para fortalecer os ganhos de produtividade das culturas.

A entrevista do mês apresenta as opiniões de Milton Garbugio, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), que comemora vinte anos em 2019. No seu depoimento, entre outros comentários, fala sobre a abertura de novos mercados, o investimento em tecnologia para a rastreabilidade da pluma de algodão e a qualidade das análises laboratoriais do produto. Chama, também, a atenção para o programa de referência em sustentabilidade que levou o Brasil ao posto de maior fornecedor mundial de fibra licenciada pela Better Cotton Initiative (BCI). ■

LEIA A *AGROANALYSIS* NA INTERNET E NOS ACOMPANHE NAS REDES SOCIAIS.

TWITTER: @AGROANALYSIS
INSTAGRAM: /FGV.AGROANALYSIS
FACEBOOK: /FGV.AGROANALYSIS
WWW.AGROANALYSIS.COM.BR



SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 ENTREVISTA
MILTON GARBUGIO
"NÃO PODEMOS ERRAR PORQUE É MUITO CARO PRODUZIR ALGODÃO"

10 FRASES & COMENTÁRIOS

11 MACROECONOMIA
DESACELERAÇÃO GLOBAL

12 AGRODROPS

15 MERCADO & NEGÓCIOS

15 CAPA O QUE ESPERAR DA ECONOMIA APÓS UM PRIMEIRO SEMESTRE FRACO?

17 CAPA IMPACTOS DO ACORDO MERCOSUL-UE SOBRE A AGRICULTURA BRASILEIRA

19 CAPA ACORDO MERCOSUL-UE SERÁ O SEGUNDO MAIOR PACTO ENTRE BLOCOS

21 CAPA RESULTADO DA SOJA PRESSIONADO MAS AINDA POSITIVO

23 CAPA RESULTADOS ECONÔMICOS DA PRODUÇÃO DE ALGODÃO

25 BENEFÍCIOS DE UMA CPR DIGITAL

31 POLÍTICA AGRÍCOLA

31 OS PASSOS PARA A AMPLIAÇÃO DO SEGURO RURAL

33


ABISOLO
A ORDEM É GANHAR PRODUTIVIDADE

40


FÓRUM INTERNACIONAL
INOVAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA

27 ANPII
CONSOLIDAÇÃO DE UMA TECNOLOGIA VENCEDORA

29 ABITRIGO
26º CONGRESSO INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA DO TRIGO

45 FAESP
AGRONEGÓCIO: AJUSTE DE FOCO NA POLÍTICA AGRÍCOLA

46 DIÁRIO DE BORDO
EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE

47 PRODUZIR
ACORDO MERCOSUL-UE ABRE NOVA ERA DE OPORTUNIDADES

48 OPINIÃO
GESTÃO MUNICIPALISTA NO CAMPO

49 REFLEXÃO
IMPORTANTES AVANÇOS

50 ESTATÍSTICA

"NÃO PODEMOS ERRAR PORQUE É MUITO CARO PRODUZIR ALGODÃO"

MILTON GARBUGIO

Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa)

Da Redação

Entre outros assuntos, a entrevista aborda a abertura de novos mercados, o investimento em tecnologia para a rastreabilidade da pluma de algodão e a qualidade das análises laboratoriais. Além disso, chama a atenção para o programa que levou o Brasil ao posto de maior fornecedor mundial de fibra licenciada pela Better Cotton Initiative.

UMA CONFLUÊNCIA de fatores positivos de clima e mercado tem acenado para um período muito positivo para a cotonicultura brasileira em 2019, justamente no ano em que Milton Garbugio assumiu o mandato de presidente da Abrapa. A entidade completa vinte anos com realizações memoráveis na história do agro nacional, como a vitória no contencioso contra os Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio (OMC).

AGROANALYSIS: A ABRAPA COMEMORA O SEU VIGÉSIMO ANIVERSÁRIO COM UMA HISTÓRIA RICA DE REALIZAÇÕES?

MILTON GARBUGIO: O que separa uma produção de 700 mil toneladas de uma de quase 3 milhões de toneladas, ou o que separa a condição de grande importador da de segundo maior exportador de pluma de algodão do Planeta, não são números que se mensurem em unidades de peso, mas que se marcam no calendário. Vinte anos passaram desde que, em 7 de abril de 1999, foi criada a Abrapa. A entidade já nasceu sob o signo do desenvolvimento, tendo por estratégia a sustentabilidade da atividade. Ao surgir, como a materialização da união dos cotonicultores do Brasil, a Abrapa deixou para trás uma história secular de fracassos, sucessos temporários e recomeços da cotonicultura como atividade econômica para, então, inaugurar uma nova página na história, cravando o nome do Brasil no mapa mundial do algodão.

Temos orgulho quando ouvimos do mercado e de outros setores que somos "a cadeia produtiva mais organizada e desenvolvida do agro brasileiro". Não sei se somos "a mais", mas trabalhamos para ser melhores a cada dia. É muito caro produzir algodão, e, por isso, não podemos errar. Buscamos todos os meios para ser mais produtivos e assegurar que, mesmo no que foge ao nosso controle, como clima, podemos estar de alguma forma blindados, com muita tecnologia. Procuramos ser assertivos e proativos no diálogo com o Governo e os poderes Legislativo e Judiciário para melhorar as condições logísticas, tributárias e políticas necessárias ao desenvolvimento pleno e saudável da nossa atividade. Somos bem-sucedidos em muitas dessas questões, mas ainda há muito a avançar.

UM DOS SEUS GRANDES MARCOS FOI A CONTENDA CONTRA OS ESTADOS UNIDOS?

MG: Sem sombra de dúvida! Essa foi a nossa vitória mais emblemática e, creio, sem precedentes no agronegócio brasileiro. Ela tornou possíveis e catalisou muitas das ações que a entidade promove em favor da cadeia produtiva. Essa capacidade de enxergar amplamente o setor, estudar e propor soluções é uma marca característica da Abrapa. Muitos, certamente, não acreditaram que um grupo relativamente pequeno de produtores rurais – os cotonicultores – fosse capaz de peitar



uma grande potência mundial como os Estados Unidos no âmbito da OMC. Contestamos os subsídios concedidos pelo governo americano aos seus produtores de algodão por considerá-los desleais à concorrência entre os países. O arrojo pelo qual é conhecida a cadeia de algodão, seja encarando uma contenda mundial, investindo em pesquisa, sustentabilidade, qualidade e rastreabilidade ou, até mesmo, falando com o consumidor final – como acontece no movimento Sou de Algodão –, revela uma atuação organizada, estratégica e em bloco. Sem a união dos produtores, nada disso seria possível.

AS DEMANDAS DO SETOR FORAM ATENDIDAS NO PLANO SAFRA 2019/2020?

MG: Consideramos o Plano Safra 2019/2020 muito positivo. Pelo menos duas das mais importantes reivindicações que fizemos ao governo federal foram contempladas: a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) em moeda estrangeira, com correção cambial no exterior; e o chamado Patrimônio de Afetação, que dá ao produtor a possibilidade de fracionar o bem dado como garantia na contratação de crédito nos financiamentos agropecuários. Além disso, o Plano Safra avançou em pontos importantes, como na ampliação de fontes de financiamento e ao contemplar simultaneamente os pequenos, os médios e os grandes agricultores. O referenciamento em moeda estrangeira dos títulos do agronegócio nos permite negociar com fundos e *traders*, ampliando as possibilidades de recursos para custeio e investimento.

Sobre o Patrimônio de Afetação: antes, para conseguir um financiamento, o produtor comprometia todo o seu patrimônio como garantia, mesmo com o valor do bem muito maior do que o recurso tomado. Com a mudança nessa regra, o acesso ao crédito é ampliado. O aumento de um ponto percentual na taxa de juros, que passou de 7%, no Plano Safra 2018/2019, para 8%, no 2019/2020, não foi um problema, já que o incremento na taxa de juros decorre da situação econômica do País. Precisamos de disponibilidade e agilidade no fornecimento dos recursos. Apesar de ser um custo financeiro alto, considerando a rentabilidade do negócio atualmente, esse incremento na taxa não é tão relevante desde que o Governo se comprometa a garantir mais recursos e levar dinheiro para o seguro rural, que é importante para os pequenos, os médios e os grandes produtores.

ESPERAMOS OUTRA TEMPORADA PROMISSORA PARA A CADEIA PRODUTIVA DE ALGODÃO?

MG: Na safra 2018/19, tivemos condições favoráveis tanto em termos de clima, quanto de preços da *commodity*, que estimularam o crescimento da área plantada. O resultado é que chegamos a uma expectativa de produção recorde, de cerca de 2,83 milhões de toneladas, colhidas em 1,63 milhão de hectares de área plantada, com produtividade de 1,73 mil quilos de pluma por hectare.

Falamos de pluma de qualidade, desejável pelos mercados, sobretudo o asiático, cada vez mais presente no *blend* das indústrias. Para 2019/20, ainda não temos números oficiais. O mercado fala em aumento de área, mas os preços não estão muito atrativos e os custos de produção estão elevados por conta do dólar e de fatores fitossanitários. Qualquer previsão seria precipitada agora. Teremos números mais aproximados a partir de dezembro.

QUAL É A IMPORTÂNCIA DO ALGODÃO BRASILEIRO RESPONSÁVEL (ABR) E DA BETTER COTTON INITIATIVE (BCI)?

MG: Há pouco mais de vinte anos, a sustentabilidade – ambiental, social e econômica – foi entendida como o único caminho para fazer renascer e perdurar a produção de algodão no País. A bandeira se tornou um compromisso de todos os cotonicultores, representados pela Abrapa, com a implementação do programa ABR, que estabeleceu critérios para certificar, em nível nacional, a pluma sustentável e que opera em *benchmark* com a ONG suíça BCI.

Do total de algodão produzido no globo, 19% são licenciados pela BCI. No Brasil, a estimativa de área plantada, certificada ABR, para a safra 2018/19 é de 1,3 milhão de hectares, número 38% superior ao da safra 2017/18. Já a produção brasileira de pluma certificada ABR na safra 2018/19 é estimada em aproximadamente 2,2 milhões de toneladas, número 42% superior ao alcançado na safra 2017/18. Para a BCI, a previsão de licenciamento é de 2,1 milhões de toneladas de pluma de algodão. Esse número indica-nos que 80% da safra colhida no Brasil é de algodão certificado, comprovadamente sustentável. E o percentual de adesão cresce a cada ano.

A BCI é uma referência internacional em licenciamento de algodão produzido sob os parâmetros da sustentabilidade. Trata-se de um programa global presente em 21 países, com chancela diferencial de mercado, neste momento em que há um evidente incremento de procura por

“CONTESTAMOS OS SUBSÍDIOS CONCEDIDOS PELO GOVERNO AMERICANO AOS SEUS PRODUTORES DE ALGODÃO POR CONSIDERÁ-LOS DESLEAIS À CONCORRÊNCIA ENTRE OS PAÍSES.”

> **“DEFINITIVAMENTE, CONFIRMAMOS O BRASIL COMO UM GRANDE *PLAYER* MUNDIAL EM PRODUÇÃO DE ALGODÃO.”**

produtos gerados a partir de bases social, ambiental e economicamente corretas, como consequência da conscientização do consumidor final. O programa ABR, criado pela Abrapa, é gerido em cada estado produtor de algodão pelas suas associações filiadas. A parceria referenciada contribuiu para fazer do País o campeão mundial de fibra comprovadamente sustentável, com 31% do montante chancelado pela entidade internacional.

MANTEREMOS A SEGUNDA POSIÇÃO NO *RANKING* DOS PAÍSES EXPORTADORES?

MG: O Brasil deve fechar o ciclo de exportações de algodão da safra 2017/18 em 1,27 milhão de toneladas, confirmando a sua nova posição de segundo maior exportador da pluma, atrás dos Estados Unidos. Para a safra 2018/19, a estimativa é de que os embarques se aproximem dos 2,00 milhões de toneladas de pluma.

AS INFORMAÇÕES FRUSTRANTES SOBRE O PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NACIONAL IMPACTAM O COTONICULTOR?

MG: PIB nacional baixo não é bom para nenhum setor. O cotonicultor brasileiro usa toda a sua *expertise* para produzir cada vez mais e melhor. Os seus custos são altos; a incorporação de tecnologia é muito grande. Acumulamos safras recordes, e o agro, até então, estava sendo a base de sustentação nacional. O PIB baixo significa menos empregos, menor poder aquisitivo para o consumidor final e recessão. Some-se a isso a redução do câmbio, que afeta as exportações e estimula as importações e a consequente concorrência desfavorável para a indústria nacional. Os resultados são que o setor não ganha tanto quanto poderia nas exportações, a indústria nacional perde a vez na competição com os importados e o consumidor final, se ainda tem algum poder aquisitivo, fica mais reticente para consumir bens de vestuário. É um círculo vicioso.

QUAL É A IMPORTÂNCIA DO CENTRO BRASILEIRO DE REFERÊNCIA EM ANÁLISE DE ALGODÃO (CBRA)?

MG: No dia 6 de dezembro de 2016, a Abrapa inaugurou o CBRA, o mais visível dos três pilares que compõem o programa Standard Brasil HVI (SBRHVI), cujo objetivo é dar mais transparência às análises de High Volume Instrument (HVI) realizadas no algodão produzido no Brasil. Trata-se do laboratório central de verificação e padronização dos processos classificatórios do algodão brasileiro e que atua para garantir a qualidade e a credibilidade dos resultados aferidos nos diversos laboratórios participantes do programa. Ele é resultado de um investimento de R$ 9 milhões, de um total de cerca de R$ 50 milhões investidos em todo o programa de qualidade, valor que inclui, além da sua estrutura, os investimentos feitos nos demais laboratórios pelas associações estaduais, com recursos do Instituto do Algodão Brasileiro (IBA).

O Centro foi certificado pelo renomado ICA Bremen, passando a fazer parte de um seletíssimo grupo no mundo. Para isso, cumpriu um longo passo a passo. O CBRA está situado em uma área de aproximadamente 2 mil metros quadrados, no mesmo prédio que sedia a Abrapa e o IBA. Ele conta com duas máquinas de HVI, que podem analisar oitocentas amostras por dia cada e que têm capacidade instalada para checar até duas vezes a safra atual de algodão no Brasil. Todo o ambiente é controlado para garantir as condições de temperatura e umidade ideais para a classificação. A importância do CBRA é ser o balizador dos resultados de análise por HVI do algodão brasileiro. Com resultados precisos e confiáveis em todos os laboratórios que classificam algodão no Brasil, alcançados com a implantação do programa SBRHVI, e informações fidedignas e integradas, disponíveis online para quem compra e quem vende a pluma, o mercado passa a entender que somos origem de credibilidade, e isso nos fortalece como fornecedores de algodão aos olhos do mundo.

QUAIS SÃO AS EXPECTATIVAS PARA O 12º CONGRESSO BRASILEIRO DO ALGODÃO?

MG: O Congresso deste ano tem características muito especiais. A sede, Goiânia, no coração do Cerrado brasileiro, facilita muito a presença do público. A nossa expectativa é de que haja a participação de 1.500 pessoas. Além disso, a conjuntura da safra 2018/19 foi muito favorável. Crescemos em produção, área e exportações. Definitivamente, confirmamos o Brasil como um grande *player* mundial em produção de algodão. Tudo isso anima o produtor a participar do evento. Tão logo abrimos as vendas de cotas de patrocínio no ano passado, tivemos uma procura enorme e comercializamos os espaços em um tempo surpreendentemente rápido. Como um charme todo especial dessa edição, há o fato de que a Abrapa está completando vinte anos. Não poderíamos deixar isso passar em branco. Além das homenagens e das referências à data ao longo da programação, vamos quebrar um pouco a tradição de congresso que não tem atrações artísticas, centrado unicamente nas questões do setor, para brindar a história de sucesso da cotonicultura brasileira nas últimas duas décadas com um show do cantor Leonardo, um artista que tem tudo a ver com o estado de Goiás e com o nosso público. Sem dúvida, será um momento inesquecível! ■

FRASES & COMENTÁRIOS

"O Brasil exporta produtos agrícolas para 160 países e atende todos os critérios de qualidade estabelecidos pelos importadores."

"Enquanto o trabalho de controle é exercido pelo setor privado, cabe ao Governo verificar se o produto segue as legislações internacionais."

GUILHERME COSTA, presidente da Comissão Codex Alimentarius e adido agrícola do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas

"A participação do Estado é fundamental para o desenvolvimento desse mercado, como ocorre em quase todos os países do mundo onde o seguro rural é avançado."

JOÃO MARTINS DA SILVA JUNIOR, presidente do Sistema da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (Sistema CNA)

"É necessário traçar uma política agrícola de longo prazo na qual o seguro rural seja a coluna vertebral para o financiamento rural."

MÁRCIO LOPES DE FREITAS, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

"Para o próximo ano, o MAPA trabalha para dobrar a subvenção, para R$ 1 bilhão. Porém, mais importante do que isso é garantir que não haverá contingenciamento."

EDUARDO SAMPAIO, secretário da Secretaria de Política Agrícola (SPA/MAPA)

"Como a União Europeia é o destino de quase 18% das exportações nacionais, o acordo com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) abre as portas para a conclusão de outros acordos e negociações."

LÍGIA DUTRA, superintendente de Relações Internacionais da CNA



JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

"**Ano a ano, esperamos que o seguro rural se adapte e melhore como instrumento de gestão de riscos para o produtor rural.**"

"**Se Deus quiser, conseguiremos um orçamento de R$ 2 bilhões para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) no Plano Safra 2020/2021.**"

TEREZA CRISTINA, ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

"Para mitigar os impactos das baixas dos preços e do endividamento, precisamos de ferramentas para operar junto aos agentes financeiros e que permitam que a cafeicultura não se veja dependente de ações do governo federal."

SILAS BRASILEIRO, presidente executivo do Conselho Nacional do Café (CNC)

"Se o produtor toma crédito e faz seguro rural, a seguradora pode emitir um seguro de crédito para servir de barganha por taxas de juros inferiores e garantia real menor."

ROGÉRIO BOUERI, subsecretário da Subsecretaria de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Economia

"Existe grande margem de segurança para utilizar o glifosato como produto dentro do sistema de plantio direto, que reduz a carga de agroquímicos aplicados na lavoura."

"O sucesso do sistema de plantio direto deve-se, em grande parte, à eficiência do glifosato para controlar as ervas daninhas e dessecar as culturas para formar as coberturas e proteger o solo."

JONADAN MA, presidente da Federação Brasileira de Plantio Direto e Irrigação (FEBRAPDP)

DESACELERAÇÃO GLOBAL

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

OS SINAIS advindos das principais economias do mundo não são nada auspiciosos. A economia norte-americana dá claros sinais de desaceleração, e as perspectivas de crescimento para este ano e o próximo sinalizam um quadro que enseja algumas dúvidas. Embora o governo Trump tenha estabelecido uma trégua temporária na guerra comercial com a China, o que melhorou as projeções de crescimento para este ano e o próximo, fica evidente que o ritmo de aumento do Produto Interno Bruto (PIB) norte-americano está em desaceleração: para este ano, a projeção do crescimento é da ordem de 2,4% e, para 2020, de 1,5%. Não sem razão, o Fed (Banco Central dos EUA), mesmo com a melhoria das projeções de crescimento após a trégua na guerra comercial, sinaliza uma flexibilização da política monetária ante o quadro de incertezas que ronda a economia norte-americana.

A trégua na guerra comercial levou, também, a uma melhora nas projeções de crescimento da economia chinesa, que deve se situar ligeiramente acima dos 6% neste ano. Para 2020, projeta-se uma ligeira desaceleração no ritmo de crescimento da China. Por conta disso, as orientações das políticas fiscal e monetária permanecerão expansionistas no segundo semestre do ano naquele país.

O baixo crescimento econômico também tem sido verificado na Zona do Euro em 2019. Em função disso, o Banco Central Europeu (BCE) deve promover estímulos no segundo semestre do ano.

A economia brasileira, por sua vez, vem registrando um desempenho pífio em termos de crescimento econômico desde 2014. Após o aprofundamento da recessão em 2015 e 2016, a atividade econômica doméstica passou a dar sinais de recuperação mais concretos a partir de 2017. No entanto, a retomada se mostrou insuficiente para levar o crescimento do PIB brasileiro a mais de 1% nos últimos anos. Mesmo a flexibilização da política monetária – que trouxe a taxa básica de juros (Selic) ao seu patamar mínimo histórico desde a implementação do real, em 1994 – se mostrou insuficiente para promover uma retomada do crescimento econômico brasileiro em bases mais robustas. A recuperação em curso no primeiro semestre de 2018 foi abatida pela greve dos caminhoneiros em maio de tal ano.

As perspectivas iniciais para 2019 denotavam algum grau de otimismo, indicando um crescimento do PIB brasileiro acima de 2% no ano. No entanto, a atividade econômica do primeiro semestre do ano mostrou uma economia em ritmo lento, com desemprego em alta. O resultado do PIB no primeiro trimestre do ano representou um balde de água fria para os mais otimistas, e tudo indica que o crescimento econômico deste ano deverá ficar abaixo de 1%.

Nesse sentido, os avanços na reforma da previdência melhoram as perspectivas acerca da economia brasileira, particularmente no que se refere às contas públicas nos próximos anos. No entanto, o impacto sobre as expectativas em termos de consumo e investimento produtivo oriundas desse processo é relativamente limitado. Em outras palavras, embora a reforma previdenciária seja essencial no contexto de tornar a dinâmica das contas públicas mais sustentável no médio prazo, o impacto sobre o consumo e o investimento, em função da melhora das expectativas, é essencialmente limitado.

O quadro de relativa estagnação da atividade econômica brasileira, alinhado a um cenário de inflação sob controle, abre espaço para novas medidas de estímulo à demanda agregada. Nesse quesito, na impossibilidade do uso de instrumentos fiscais como forma de gerar elementos de expansão da demanda agregada, resta à política monetária proporcionar estímulos. Por conta disso, entrou no horizonte de discussão da política econômica a possibilidade de novos cortes na taxa básica de juros (Selic). Nesse sentido, é provável que o Comitê de Política Monetária (Copom) promova alguns cortes na meta da taxa Selic ao longo do segundo semestre.

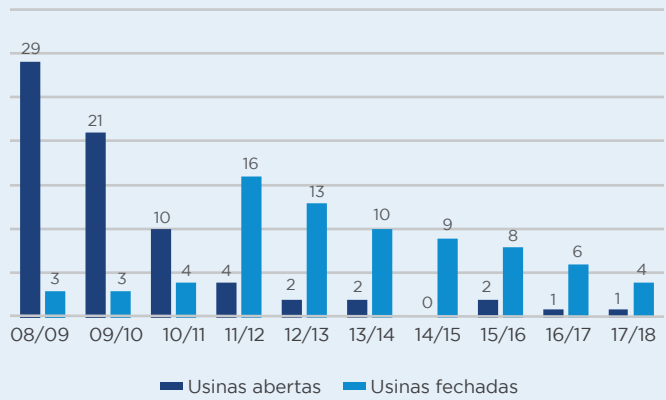
Outra medida de estímulo à demanda agregada centrou-se na liberação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Esse expediente já havia sido utilizado pelo governo Temer e evitou uma nova retração do PIB em 2017. A medida atual, embora tenha limitado os saques em 2019 a valores relativamente mais baixos, procura gerar estímulos maiores no médio prazo ao permitir novos saques mais adiante.

De qualquer forma, mesmo com as medidas a serem implementadas ao longo do segundo semestre do ano, não será possível levar o crescimento econômico brasileiro a um patamar superior a 1% em 2019. ■

REESTRUTURAÇÃO NO SETOR SUCROALCOOLEIRO

De acordo com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), do total de 444 usinas no Brasil: 325 estão operando normalmente; 90 estão em recuperação judicial; e 29 estão falidas. Há aquelas em operação (343) e as paradas (101). A presente década foi muito difícil para o setor, com os estoques elevados de açúcar no mercado internacional e o congelamento dos preços do etanol. Os canaviais das plantas industriais que fecharam passaram a ser esmagados por outros concorrentes. A médio prazo, poderá haver um enxugamento do parque sucroalcooleiro, com a ascensão do etanol de milho na região Centro-Oeste.

EVOLUÇÃO DAS UNIDADES INDUSTRIAIS ABERTAS E FECHADAS

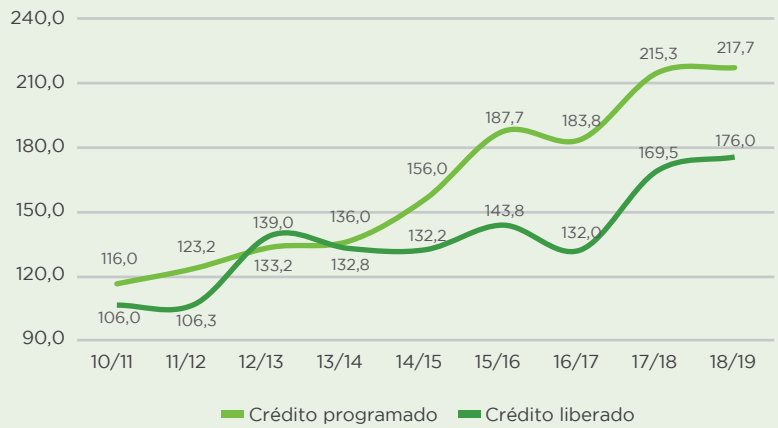


Fonte: UNICA

BALANÇO DO FINANCIAMENTO AGROPECUÁRIO

A aplicação de recursos do crédito rural correspondente ao fechamento da safra 2018/19 representou um aumento de 3,8% comparativamente ao valor aplicado em igual período da safra anterior. As contratações para custeio e investimento somaram R$ 99,00 bilhões (+7%) e R$ 43,63 bilhões (+9%) respectivamente. Os desembolsos dos programas de investimento realizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram de R$ 15 bilhões (+18%), com destaque para R$ 8,8 bilhões no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota). Nas fontes com juros não controlados, as Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) chegaram a R$ 29 bilhões, cujas aplicações aumentaram para R$ 24 bilhões (+21%).

BRASIL: EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL
(R$ BILHÕES)



Fonte: MAPA

NOVO PACOTE DE TRUMP PARA O AGRO

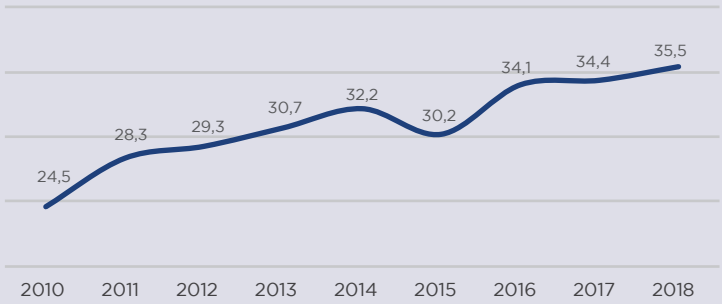
O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) anunciou, em julho do ano passado, um pacote de ajuda US$ 12 bilhões para a agricultura. A medida visava compensar as perdas de mercados em função da guerra comercial com a China e países vizinhos, como o México e o Canadá. Esse suporte vem da Commodity Credit Corporation (CCC), criada em 1933, que pode tomar até US$ 30 bilhões do Tesouro americano para dar proteção à renda dos agricultores.

Agora, como a guerra comercial prossegue, principalmente com a China, o presidente Trump anunciou uma segunda rodada de ajuda para a agricultura, dessa vez de US$ 16 bilhões, para pagamento direto aos produtores (US$ 14,5 bilhões), alimentação escolar (US$ 1,4 bilhão) e desenvolvimento de novos mercados (US$ 100 milhões). Desconfiados, os fazendeiros eleitores preferem a realização de negócios a ajuda.

FRETE PRESSIONA FERTILIZANTES

As entregas de fertilizantes mostram uma tendência de crescimento constante nesta década. A única exceção ocorreu em 2015. A quantidade atingiu número recorde em 2018. Com os produtores motivados pelo recorde do ano passado, as perspectivas são positivas para a safra 2019/20. No período de julho a outubro, há uma concentração na comercialização. O problema está na Lei nº 13.703/18, que instituiu a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, com enorme impacto sobre o custo do frete. O Brasil importa 80% do produto consumido, que precisa ser transferido dos portos para o interior do País.

BRASIL: ENTREGAS DE FERTILIZANTES
(BILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: ANDA

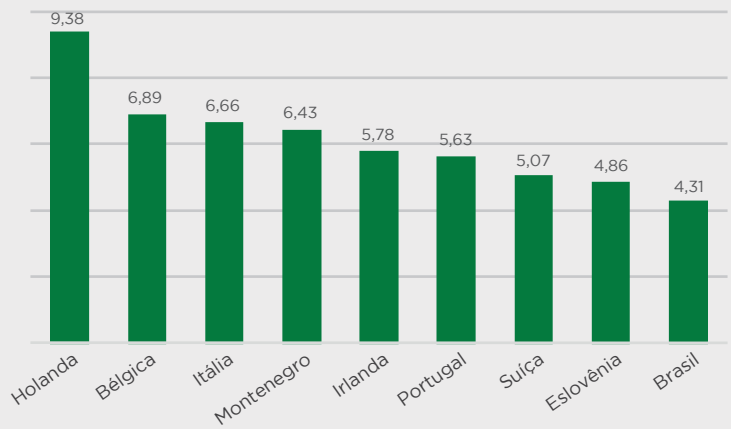
MERCADO SEGUIRÁ MAIS ALCOOLEIRO

Na safra 2018/19, as exportações brasileiras de açúcar (abril a março) foram as mais baixas da década, seja em quantidade ou receita. As projeções da Organização Internacional do Açúcar (OIA) sobre o balanço da produção mundial do produto na safra 2019/20 indicam um déficit da ordem de 3 milhões de toneladas. Como houve superávit da produção de açúcar nas últimas duas temporadas, os estoques mundiais seguem altos, sem dar firmeza para as cotações. Certamente, com preços melhores, as usinas optaram por outro exercício alcooleiro.

USO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS NO MUNDO

O Brasil aparece na 44ª posição em um *ranking* da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) sobre o uso de defensivos agrícolas. No balanço, foram utilizados os valores de produção de grãos, fibras, frutas, raízes e nozes e o consumo total de defensivos disponíveis no portal da FAO. Sem quebra do ciclo de reprodução, é preciso, aqui, controlar as pragas mesmo nas safras de inverno e na safrinha, em função das condições tropicais da agricultura brasileira. Nas regiões de clima temperado, as pragas ficam inativas nas estações de inverno.

MUNDO: USO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS
(QUILOS POR HECTARE)



Fonte: FAO (2016)

MANGA PARA A UNIÃO EUROPEIA

O grosso das exportações de manga vai para a Europa (Países Baixos, Reino Unido, Espanha e Portugal). No mundo, o Brasil é o maior produtor e o quarto exportador. Mais de 85% das vendas externas são oriundas de frutas do vale do rio São Francisco. As principais variedades são Tommy, Palmer e Kent. Problemas climáticos fazem a produção nacional oscilar. Falta maior uso da chamada técnica de indução floral, que ajuda a programar a época de produção, com controle no suprimento de água e nutrientes para a planta.

BRASIL: EVOLUÇÃO NA EXPORTAÇÃO DE MANGA

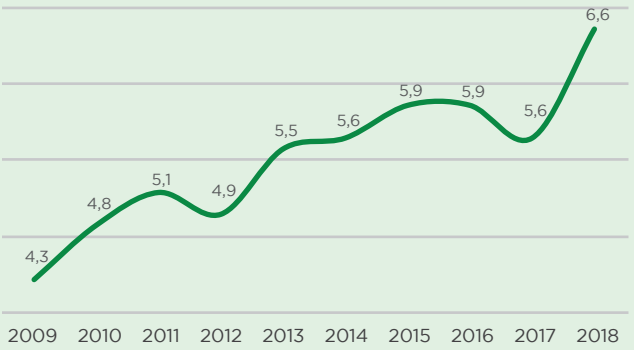


*Previsão
Fonte: SECEX; Abrafrutas; Vale Export

CAFÉ PARA A ÁSIA

Os chineses deverão importar 900 mil sacas de café na safra 2018/19 internacional do produto (outubro a setembro). A quantidade é 20% superior à da temporada passada. Para a safra 2019/20, o número pode chegar a 1 milhão de sacas. A previsão é do USDA. Outros países do continente asiático se mostram atraídos pela bebida. Em 2018, os embarques brasileiros para lá representaram 19% do volume total (6,5 milhões de sacas), 16% acima dos de 2017.

BRASIL: EXPORTAÇÃO PARA A ÁSIA
(MILHÕES DE SACAS)

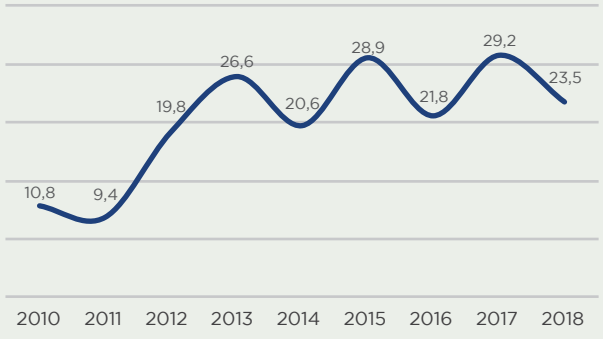


Fonte: CECAFÉ

SALTO NA EXPORTAÇÃO DE MILHO

Na safra 2018/19, a produção de grãos no Brasil deve chegar a 240,7 milhões de toneladas, o melhor resultado da história, de acordo com o 10º Levantamento divulgado em julho pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O resultado esperado supera o recorde anterior, de 237,6 milhões de toneladas, da safra 2016/17. Entre os destaques, figura o milho 2ª safra, com previsão de produção recorde de 72,4 milhões de toneladas (+34,2%). Como a produção de milho 1ª safra foi de 26,2 milhões, a produção total do cereal deverá ser der 98,6 milhões de toneladas. Com um consumo interno de 60 milhões de toneladas e os problemas de clima enfrentados pelos Estados Unidos, há a probabilidade de uma exportação recorde neste ano.

BRASIL: EVOLUÇÃO NA EXPORTAÇÃO DE MILHO
(MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: Conab

O QUE ESPERAR DA ECONOMIA APÓS UM PRIMEIRO SEMESTRE FRACO?

FELIPPE SERIGATI[1], KELLEN SEVERO[2], ROBERTA POSSAMAI[3]

O cenário da economia para o segundo semestre é mais favorável. As medidas que estão sendo tomadas neste momento pelo Governo deverão gerar resultados mais fortes a partir do próximo ano. Para este ano, podemos esperar uma melhora na expectativa dos agentes, inflação controlada e possível redução da taxa de juros.

EMBORA, NO momento em que este artigo é escrito, ainda não estejam disponíveis todos os números referentes ao primeiro semestre de 2019, já está evidente que a economia brasileira "andou de lado" no período. Praticamente todos os setores registraram crescimento entre quase nulo e levemente moderado. Consequentemente, um dos principais problemas econômicos enfrentados pela sociedade prossegue em situação bastante desconfortável: o desemprego permanece operando em patamares elevados (embora tenha registrado leve queda quando em comparação ao mesmo período de 2018).

DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA: VARIAÇÃO ACUMULADA ENTRE JANEIRO E MAIO

(% A.A.)

SETOR	2018	2019
Atividade econômica (IBC-Br)*	1,4%	0,1%
Indústria geral	2,0%	-0,7%
Agroindústria	0,4%	1,5%
Comércio varejista restrito	4,8%	5,3%
Serviços	-1,3%	1,4%
Taxa de desocupação	12,7%	12,3%

*Variação acumulada entre janeiro e abril
Fonte: BCB; IBGE; FGV Agro

COM ESSE DESEMPENHO ECONÔMICO FRUSTRANTE, O PRIMEIRO SEMESTRE FOI PERDIDO?

Apesar do desempenho econômico frustrante, o primeiro semestre não foi completamente perdido. Do lado da agenda econômica, o Governo concentrou os seus esforços, notadamente, na aprovação da reforma da previdência. Mesmo com tropeços ao longo do caminho, há boas notícias com relação a essa reforma:

- Em algum momento entre agosto e setembro, essa reforma deverá estar, finalmente, aprovada. Com isso, abre-se espaço na agenda do Governo e nos debates dentro do Congresso para outras pautas fundamentais ao aquecimento da economia. Nesse ponto, é importante explicitar que a reforma da previdência nunca foi condição suficiente para fazer a economia crescer. Porém, certamente, é uma condição muito necessária; sem ela, não haveria qualquer chance de desarmar a bomba fiscal. Para cumprir com o objetivo de colocar as finanças públicas em trajetória sustentável, três ajustes fundamentais precisam ser discutidos:
  - Reforma da previdência de estados e municípios – infelizmente, esse ponto ficou de fora da reforma da previdência que está em votação.
  - Mudanças nas regras de contratação, remuneração, reajuste e estabilidade do funcionalismo público – nos corredores, esse conjunto de mudanças tem sido chamado de "reforma do RH do setor público". Uma boa notícia adicional é que o governo federal já está trabalhando com propostas nessa direção, como a Medida Provisória (MP) da reforma administrativa.
  - Mudanças nas regras de reajuste do salário-mínimo – como este é utilizado como valor de referência para diversas despesas públicas, há a necessidade de mudar a sua regra de reajuste e de desvinculá-lo de algumas dessas despesas.

- A reforma da previdência obteve uma votação razoavelmente expressiva no seu primeiro turno na Câmara dos Deputados. Essa votação foi mais robusta do que o mercado esperava e, consequentemente, gerou a expectativa de que, ao final de todo o processo de tramitação (segundo turno na Câmara dos Deputados e os dois turnos no Senado Federal), a reforma da previdência seja aprovada sem desidratações maiores. Uma vez encerrado todo esse processo, abre-se espaço para que novos itens da agenda de reformas entrem na pauta, com especial destaque para:
  - Reforma tributária – nesse ponto, há boas notícias, pois já há propostas em discussão.
  - Medidas voltadas para aumentar a capacidade do Governo de atrair investimentos privados, principalmente para as áreas de infraestrutura e saneamento básico – nessa direção, vale mencionar (i) os programas de privatização e concessões, (ii) as mudanças no marcorregulatório de setores específicos e (iii) a MP da liberdade econômica.

O QUE É POSSÍVEL ESPERAR PARA O SEGUNDO SEMESTRE?

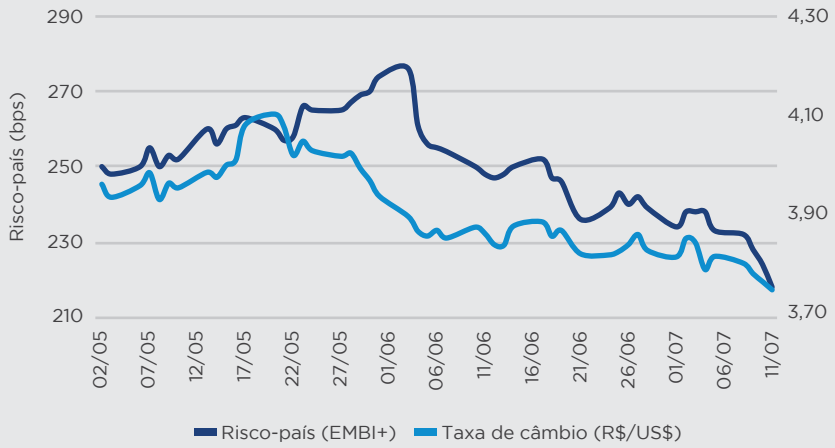
O cenário para o segundo semestre é mais favorável. Porém, não é prudente esperar que a economia passe a crescer de forma robusta já nesse semestre. Mesmo aquelas pautas que já estão sendo discutidas deverão gerar frutos somente a partir de 2020. Para o que resta do ano de 2019, é possível contar com os seguintes pontos:

- Melhora nas expectativas dos agentes devido à sinalização de que a agenda de reformas está caminhando.
- Como a inflação está bem desacelerada e as projeções sugerem que ela encerrará 2019 e 2020 abaixo da meta, o Banco Central (BCB) deverá dar início a um novo ciclo de redução da taxa de juros, podendo chegar a um inédito piso histórico de 5.5% a.a. Essa injeção de liquidez, certamente, trará um fôlego a mais para a economia ainda em 2019, mesmo que parte desses efeitos transborde de forma mais substancial somente para 2020.
- Por fim, talvez, seja possível contar com alguma medida de baixa potência do lado fiscal (algo como uma nova rodada de liberação de recursos no estilo daquela que foi feita em 2017 com o saldo das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS). ■

ESSA CONJUNTURA DEVE SER FAVORÁVEL PARA O AGRONEGÓCIO?

Certamente, a melhoria do ambiente econômico é favorável para todos os setores econômicos. Porém, no curto prazo, é importante ter consciência de que, conforme a agenda de reformas avança, há redução no risco-país e que os ativos associados à economia brasileira ficam mais atraentes. Isso atrai capital estrangeiro e torna o dólar mais barato. Logo, para aqueles setores que preferem uma taxa de câmbio mais alta, estejam preparados para operar com um real mais valorizado. Assim, conforme a agenda de reformas avança, a economia e o real se fortalecem.

RISCO-PAÍS *VERSUS* TAXA DE CÂMBIO ENTRE MAIO E JULHO DE 2019



Fonte: Ipeadata

1 Professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

2 Apresentadora e editora-chefe do jornalístico Mercado&Cia, no Canal Rural – severokellen@gmail.com

3 Pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

IMPACTOS DO ACORDO MERCOSUL-UE SOBRE A AGRICULTURA BRASILEIRA

PEDRO ABEL VIEIRA[1], ANTÔNIO MÁRCIO BUAINAIN[2], ELISIO CONTINI[3]

O acordo prevê que 91% dos produtos da UE e 92% dos produtos do MERCOSUL serão isentos de tarifas alfandegárias nos próximos dez anos. Importantes produções do Brasil que poderão ser beneficiadas são: o setor sucroalcooleiro, as frutas, os grãos e as carnes.

A AGRICULTURA brasileira, no seu conceito amplo de agronegócio, é um caso de sucesso! Nas últimas cinco décadas, o País passou de importador a grande exportador de alimentos e tem abastecido de forma satisfatória o mercado interno de alimentos, fibras, produtos florestais e agroenergia. Entre janeiro de 1975 e janeiro de 2019, os preços reais dos produtos da cesta básica declinaram em 44%. As exportações totais do agronegócio, nos últimos anos, atingiram US$ 100 bilhões, com superávit superior a US$ 80 bilhões.

Nesse contexto, o recente acordo comercial entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE) teve ampla repercussão na mídia nacional. Delongado há duas décadas, esse pacto representa um fato importante por se contrapor às recentes ideologias protecionistas no comércio internacional. Agora, caberá ao Parlamento europeu e ao Congresso dos quatro países do MERCOSUL destrincharem a aprovação do tratado.

Ainda que os resultados venham a se concretizar a médio e longo prazos, espera-se um maior dinamismo de complementariedade entre as economias dos dois blocos, seja no comércio de produtos e serviços, seja em investimento. Benefícios são esperados para os consumidores dos dois blocos na disponibilidade de produtos, na redução de preços e na melhoria da qualidade.

ESTABELECIMENTO DE COTAS

Esse acordo impacta de maneira forte a agricultura, pois prevê que 91% dos produtos enviados da UE para os países do MERCOSUL e 92% dos produtos exportados pelos países do MERCOSUL à UE sejam isentos de tarifas alfandegárias nos próximos dez anos. As transações remanescentes ficarão sujeitas a compromissos de liberalização parcial, incluindo cotas tarifárias para produtos mais sensíveis.

Alguns sistemas agrícolas predominantes atualmente no Brasil poderão ser beneficiados, em especial o setor sucroalcooleiro, algumas frutas (manga,



SHUTTERSTOCK

uva, melão, maracujá, açaí e mamão), os grãos e as carnes.

Alguns produtos que terão sua comercialização restrita a cotas:

- Carne bovina – 99.000 toneladas de carcaça equivalente, sendo 55% frescas e 45% congeladas, com tributação de 7,5% e tarifa zero para os produtos dentro da cota Hilton;
- Aves – 180.000 toneladas com tarifa zero, sendo 50% com osso e 50% sem osso;
- Carne suína – 25.000 toneladas, com tarifa de € 83 por tonelada;
- Açúcar – eliminação de tarifas em 180.000 toneladas para o açúcar refinado no Brasil, sendo que açúcares especiais estão excluídos;
- Etanol – 450.000 bilhões de litros para uso químico isento de taxas e 200.000 bilhões de litros para outras utilizações, incluindo combustível, com uma tarifa dentro do contingente de um terço do imposto aplicado às nações mais favorecidas;
- Arroz – 60.000 toneladas com isenção de tarifas;
- Mel – 45.000 toneladas com isenção de tarifas.

O acordo prevê, ainda, acesso às indústrias da UE de matérias-primas de alta qualidade, como os derivados de soja para a pecuária.

AUMENTAR A COMPETITIVIDADE

Há uma série de produtos do interesse de exportação da UE que serão liberalizados pelo MERCOSUL e que podem representar uma ameaça ao Brasil. Esse é o caso dos contingentes de tarifa recíproca para queijos (30.000 toneladas) e leite em pó (10.000 toneladas), com redução a zero por ambos os lados em etapas iguais durante dez anos.

Outros produtos merecem atenção, como o vinho (com a definição de um preço mínimo de espumante nos primeiros doze anos e exclusão recíproca de vinho a granel), destilados, azeite, frutas frescas (maçãs, peras, nectarinas, ameixas e *kiwis*), pêssegos enlatados, conservas de tomate, malte, batatas congeladas, carne de porco, chocolates, bolachas e refrigerantes.

Algumas das 'estratégias' de competição adotadas no mercado agrícola global indicam que o Brasil também deve enfatizar a diversificação da produção com produtos de maior valor para acessar o mercado da UE e de outros.

Nessa encruzilhada, cabe ao Estado contribuir para o aperfeiçoamento institucional, com a criação de condições sistêmicas e um ambiente adequado com vasta diversificação da produção. As questões ambientais, certamente, ocuparão um largo espaço na agenda de negociações.

A política agrícola deve priorizar investimentos para que os pequenos e os médios agricultores possam aumentar sua competitividade e cumprir as exigências institucionais e de mercado, já presentes e futuras, que virão do acordo entre o MERCOSUL e a UE.

RECURSOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Enquanto o ambiente do agronegócio se torna mais complexo, o uso de recursos requer prioridades. Gradativamente, perde sentido utilizar as fontes públicas para apoiar a produção corrente, que poderia ser financiada pelo setor privado.

De fato, cabe abrir espaço para realocar os recursos públicos em áreas mais estratégicas, essenciais e indispensáveis. Ou seja, cabe ao Estado financiar a adequação da agricultura brasileira às exigências institucionais e de mercado geradas após a ratificação do acordo entre o MERCOSUL e a UE. Planos terão de ser elaborados de forma a levar em conta as formas de competição prevalecentes no mercado agrícola global.

Apesar de importante, o acordo a ser ratificado entre o MERCOSUL e a UE não é o único fator a impactar a competitividade da agricultura brasileira no comércio internacional. Pelo menos três exemplos já podem ser citados de que a produtividade não será o único fator de concorrência:

- O anúncio pelo governo dos Estados Unidos, em 23 de maio último, da segunda parcela do Programa de Facilitação do Mercado (MFP, na sigla em inglês), de US$ 16 bilhões, para ajudar agricultores afetados por interrupções do comércio. Essa medida descumpre a promessa anunciada em 2018 de um pacote único de curto prazo para ajudar os agricultores afetados pelo tratamento "injusto" dos parceiros comerciais dos EUA.
- O plano da UE para compensar a carne bovina irlandesa após o plebiscito do Brexit, estimado em € 50 milhões, poderá diminuir o acesso a cotas de importação de outros membros em favor do Reino Unido.
- A continuidade do projeto indiano de assistência de transporte e *marketing* para subsidiar a exportação até ao final de 2023. ■

1 Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
2 Professor de Economia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
3 Pesquisador na Unicamp

ACORDO MERCOSUL-UE SERÁ O SEGUNDO MAIOR PACTO ENTRE BLOCOS

DA REDAÇÃO

A segunda maior área de livre-comércio do mundo será formada entre o MERCOSUL e a UE: um mercado de 780 milhões de consumidores, com PIB correspondente a um quarto da economia mundial. Além da redução de tarifas, da ampliação de cotas e do acesso a mercados, as empresas brasileiras poderão, ainda, ter benefícios em outras áreas.

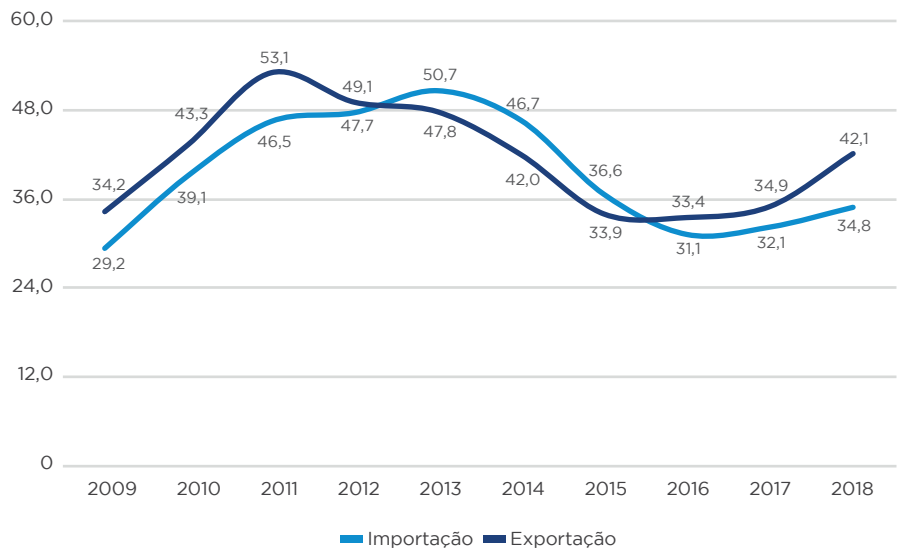
AS NEGOCIAÇÕES do acordo de livre-comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE) começaram em 1999, foram interrompidas em 2004, retomadas em 2010 e definidas em junho último. O pacto apenas é menor do que o Tratado Continental Africano de Livre Comércio, com 1,2 bilhão de consumidores e um Produto Interno Bruto (PIB) de US$ 3,4 trilhões, assinado por 44 nações da África.

Mais de 90% dos produtos comercializados entre os dois blocos terão as tarifas eliminadas, enquanto, no restante, serão aplicadas cotas preferenciais de importação com tarifas reduzidas. Com variação conforme o produto, o processo de eliminação de tarifas deve levar até quinze anos a partir da data de definição da parceria.

Haverá um prazo superior a uma década para a redução de tarifas nos produtos mais sensíveis à competitividade da indústria europeia nos países do MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, já que a Venezuela está suspensa). No caso europeu, a maior parte do imposto de importação pode zerar mais cedo.

Para o MERCOSUL, trata-se de um passo histórico, com desdobramentos positivos em outras áreas. Por exemplo, há a expectativa de uma melhor coordenação regulatória entre os países.

BALANÇA COMERCIAL BRASIL-UE
(US$ BILHÕES)



Fonte: SECEX

CRESCIMENTO E GANHOS COMERCIAIS

No horizonte de quinze anos, de acordo com Ministério da Economia, o tratado trará um aumento do PIB nacional de US$ 87,5 bilhões. Essa cifra poderá chegar a até US$ 125 bilhões com o aumento da produtividade e a diminuição das barreiras não tarifárias.

A guerra comercial entre os Estados Unidos e a China e as medidas protecionistas adotadas por várias nações ganharam espaço nos últimos tempos. O acesso ao mercado europeu é difícil pelas suas exigências sanitárias e ambientais. O pacto MERCOSUL-UE deixa o ambiente de negócios propenso

a novas iniciativas. Isso vai de encontro com o objetivo do multilateralismo comercial pregado pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Ainda haverá um percurso longo para que o acordo entre o MERCOSUL e a UE vigore de forma plena. Tal acordo terá de ser ratificado e internalizado em cada um dos 31 países participantes dos dois blocos econômicos. Muitas resistências precisarão ser superadas.

ABRANGÊNCIA DO TRATADO

Tanto os temas tarifários quanto os de natureza regulatória, envolvendo serviços, compras governamentais, facilitação de comércio, barreiras técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias e propriedade intelectual, são cobertos pelo acordo.

Produtos agrícolas de grande interesse do Brasil terão suas tarifas eliminadas, como suco de laranja, frutas e café solúvel. Os exportadores poderão ampliar o acesso por meio de cota nos casos de carnes, açúcar e etanol. Além disso, vários produtos brasileiros terão reconhecimento de sua origem, como cachaças, queijos, vinhos e cafés.

As empresas brasileiras podem, ainda, ter benefícios em diversos aspectos, tais como:

- Eliminação de tarifas na exportação dos produtos industriais, o que equalizará as condições de concorrência em relação a outros parceiros com acordos de livre-comércio com a UE;

- Acesso aos serviços de comunicação, construção, distribuição, turismo, transportes e serviços profissionais e financeiros;

- Participação nas compras públicas no mercado de licitações da UE, estimado em US$ 1,6 trilhão;

- Redução dos custos dos trâmites de importação, exportação e trânsito de bens.

Espera-se que o acordo traga incrementos na competitividade da economia brasileira ao garantir, para os produtores nacionais, acesso a insumos de elevado teor tecnológico e com preços mais baixos. A redução de barreiras e maiores segurança jurídica e transparência de regras facilitarão a inserção nas cadeias globais de valor, enquanto os consumidores disporão de mais produtos a preços competitivos. ■



SHUTTERSTOCK

RESULTADO DA SOJA PRESSIONADO MAS AINDA POSITIVO

DA REDAÇÃO

Uma análise aponta que, na média, para os produtores de Mato Grosso e do Paraná, o resultado da sojicultura tem diminuído ano a ano, mas será positivo na safra 2019/20.

ARTIGOS VEICULADOS na mídia nas últimas semanas indicam que o cenário para o produtor de soja foi muito ruim na safra passada (2018/19) e será pior na atual. Há relatos de produtores que tiveram prejuízo na safra que acabou e, diante do panorama desfavorável, estão reduzindo a compra de insumos para o novo plantio. Em casos extremos, investidores estão sendo obrigados a vender a terra para pagar dívidas. Essas notícias não têm fundamento real, e causa até estranheza sua publicação. Nenhum dos dados de venda de terras, nem do grande aumento da inadimplência dos sojicultores, pode ser confirmado por nós.

Em resposta a isso, este artigo busca, por meio de uma análise estruturada, estimar os resultados obtidos pela média dos sojicultores a fim de apresentar uma opinião conclusiva sobre o assunto. Os resultados mostram que, em Mato Grosso e no Paraná, o resultado da atividade tem diminuído ano a ano, mas ainda é positivo. Ou seja, a lucratividade tem piorado, e, mais do que nunca, uma gestão eficaz é necessária. Na safra 2019/20, a previsão é de que o sojicultor lucre R$ 306,61 por hectare (-0,1% em relação a 2018/19) no Paraná e R$ 249,56 por hectare (-29,5%) em Mato Grosso.

Pode ser que alguns produtores desprevenidos tenham feito maus negócios de soja verde com algumas *tradings*, sem se atentar para eventuais juros exorbitantes, ou que tenham tido prejuízo devido à quebra de safra (por razão climática). Mas, se isso aconteceu, foi

SHUTTERSTOCK



ESTIMATIVAS DE RESULTADOS ECONÔMICOS MÉDIOS PARA A PRODUÇÃO DE SOJA NO PARANÁ E EM MATO GROSSO

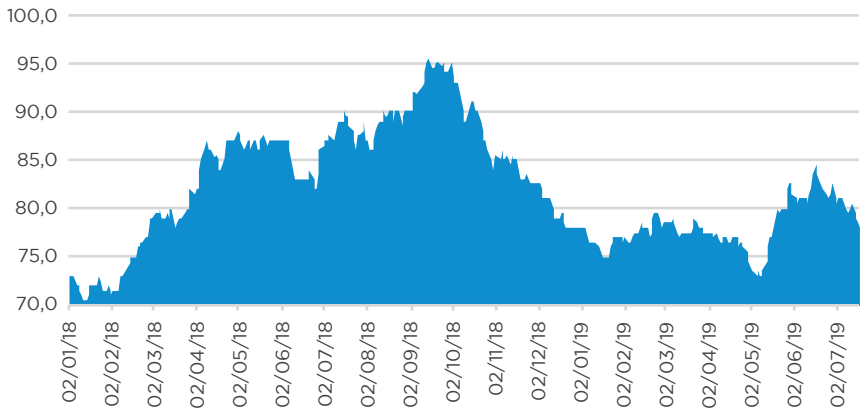
PARANÁ	2017/18	2018/19	2019/20
Custo de produção (R$/hectare)	3.362,73	3.568,49	3.693,39
Produtividade média (sacas/hectare)	58,8	49,7	50,0
Preço médio de venda (R$/saca)	83,80	78,01	80,00
Receita (R$/hectare)	4.929,10	3.875,33	4.000,00
Resultado (R$/hectare)	1.566,37	306,84	306,61
MATO GROSSO	**2017/18**	**2018/19**	**2019/20**
Custo de produção (R$/hectare)	3.113,47	3.268,89	3.498,10
Produtividade média (sacas/hectare)	57,2	56,0	56,3
Preço médio de venda (R$/saca)	71,71	64,65	66,59
Receita (R$/hectare)	4.104,68	3.622,99	3.747,66
Resultado (R$/hectare)	991,21	354,10	249,56

Fonte: Scot Consultoria; IMEA; DERAL

exceção, e jamais a regra para o setor. Ou seja, não procede a notícia de que os sojicultores estão vendendo suas terras para pagar dívidas.

Apesar da expectativa de redução na produção norte-americana em 2019/20, os preços da soja estão pressionados no mercado brasileiro, em função dos recuos do dólar frente ao real e da demanda mais fraca para a exportação. Segundo um levantamento da Scot Consultoria, houve, em média, queda de 6,9% no preço da saca em Paranaguá-PR, em 2019, na comparação anual. Com relação às exportações brasileiras, a média diária caiu 19,4% nas primeiras semanas de julho em comparação a junho deste ano e foi 17,1% inferior ao volume embarcado em julho de 2018.

PREÇOS DA SOJA GRÃO EM PARANAGUÁ-PR
(R$/SACA DE 60 QUILOS)



Fonte: Scot Consultoria

RESULTADO DA ATIVIDADE

A queda no preço do grão e o aumento dos custos de produção na temporada 2018/19 refletiram-se em resultados econômicos menos favoráveis.

No Paraná, por exemplo, os custos subiram, em média, 6,1% frente aos da safra anterior, segundo informações do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (DERAL/SEAB). Outro agravante foi a produtividade média das lavouras, que diminuiu 15,5% nessa temporada em relação a 2017/18, em função da falta de chuva. Com isso, o lucro médio no estado ficou em R$ 306,84 por hectare na safra 2018/19, 80,4% menor do que no ciclo anterior. Já em Mato Grosso, o produtor de soja lucrou, em média, R$ 354,10 por hectare, valor 64,3% inferior ao da safra anterior.

As estimativas foram feitas com os preços médios de venda nos anos em questão, ou seja, o resultado pode ter sido pior ou melhor dependendo da estratégia de comercialização. Considerando-se os preços de venda nos melhores momentos (maiores preços registrados), o lucro da safra 2018/19 seria de R$ 629,25 por hectare para o produtor do Paraná e de R$ 921,41 para o produtor de Mato Grosso, muito melhor do que a situação média. Ou seja, reforça-se a necessidade de uma gestão eficaz.

Desta forma, não surpreendem as últimas informações de que a área de soja vai aumentar no Brasil nessa próxima safra. E fica a questão: de onde teria saído a notícia de que produtores estão tendo de vender suas terras para pagar dívidas trazidas pela soja? ■

RESULTADOS ECONÔMICOS DA PRODUÇÃO DE ALGODÃO

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

O aumento da produção de pluma de algodão nas duas últimas temporadas pressionou para baixo os preços no mercado interno, reduzindo o resultado do produtor na safra 2018/19. Para a safra 2019/20, as estimativas apontam um prejuízo de R$ 504,56 por hectare em um extremo ou até um lucro de R$ 1.220,44 em outro dependendo do preço pelo qual o produtor vender o algodão.

A COLHEITA de algodão está acontecendo em Mato Grosso, principal estado produtor. O cenário positivo de preços, e de retorno econômico, estimulou, na safra 2017/18, o aumento da área semeada na temporada atual. A área ocupada com algodão aumentou 35% em Mato Grosso na safra 2018/19. Além do crescimento de área, a produtividade média deverá ser ligeiramente melhor nesse ciclo, elevando a expectativa de incremento da produção mato-grossense de pluma em 35,4%, passando de 1,35 milhão de toneladas para 1,85 milhão de toneladas.

Com base nessa maior oferta, os preços da pluma e do caroço de algodão caíram no mercado interno neste ano em comparação ao ano passado. No caso da pluma, a referência no mercado físico em Mato Grosso está em R$ 82,28 por arroba (julho de 2019), frente a uma média de R$ 95,20 por arroba na safra passada. É bom lembrar que foram registrados valores acima de R$ 105,00 por arroba ao longo de 2018 no estado.

Para o agricultor, a queda no preço da pluma, somada ao aumento dos custos de produção da atividade, de 0,3% de acordo com o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), significou uma redução no lucro médio, que passou de R$ 2.322,94 por hectare, em 2017/18, para R$ 869,49 por hectare, no ciclo atual.

EXPECTATIVAS PARA 2019/20

Para a próxima temporada, é preciso considerar os estoques maiores de pluma no País, que deverão manter as cotações pressionadas e em um patamar mais baixo, a exemplo deste ano. Outro ponto importante é o câmbio (dólar), que tem pesado menos em 2019 comparativamente a 2018 e pode impactar as exportações brasileiras de pluma nos próximos meses.

Os resultados econômicos da produção de algodão em Mato Grosso na temporada 2019/20 apontam um incremento de 6,2% nos custos de produção estimados pelo IMEA e a manutenção da produtividade média da última safra. Para a estimação dos resultados, considerou-se que o intervalo de preços de venda variou de R$ 75,00 a R$ 90,00 por arroba de pluma. Assim, as estimativas variam de um prejuízo de R$ 504,56 por hectare, no caso da arroba sendo vendida por R$ 75,00, até um lucro de R$ 1.220,44 por hectare, para um preço médio de venda de R$ 90,00. O ponto de equilíbrio está próximo de R$ 79,00 por arroba. ■

MATO GROSSO: RESULTADO ECONÔMICO DA PRODUÇÃO DE ALGODÃO

	2017/18	2018/19
Custo de produção (R$/hectare)	8.567,94	8.592,71
Produtividade média (arrobas/hectare)	114,4	115,0
Preço médio de venda (R$/arroba)	95,20	82,28
Receita (R$/hectare)	10.890,88	9.462,20
Resultado (R$/hectare)	2.322,94	869,49

Fonte: IMEA; Scot Consultoria

MATO GROSSO: ESTIMATIVA DO RESULTADO DA PRODUÇÃO DE ALGODÃO NA SAFRA 2019/20

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Custo de produção (R$/hectare)	9.129,56	9.129,56	9.129,56	9.129,56
Produtividade média (arrobas/hectare)	115,0	115,0	115,0	115,0
Preço médio de venda (R$/arroba)	75,00	80,00	85,00	90,00
Receita (R$/hectare)	8.625,00	9.200,00	9.775,00	10.350,00
Resultado (R$/hectare)	-504,56	70,44	645,44	1.220,44

Fonte: IMEA; Scot Consultoria

BOLSA
BRASILEIRA DE
MERCADORIAS

A Bolsa do Agronegócio Brasileiro

BolsaCPR Agro

Títulos do Agronegócio

Plataforma eletrônica para emissão da Cédula de Produto Rural 100% digital com opção de registro em cartório.

Uma facilidade que visa dar mais segurança aos principais players do agronegócio brasileiro no financiamento agropecuário.

Um marco no financiamento da safra e na elevação da competitividade dos títulos do agronegócio no mercado

www.bolsaagrocpr.com.br /bolsabrasileirademercadorias /bolsabrasileirademercadorias

BENEFÍCIOS DE UMA CPR DIGITAL



CESAR HENRIQUE BERNARDES COSTA
Diretor-geral da Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM)

HÁ 25 anos, a Lei nº 8.929/94 introduziu a Cédula de Produto Rural (CPR) no cotidiano do agronegócio. A liquidação desse título dá-se de maneira física ou financeira. Por conta dessa flexibilidade, o instrumento se mostrou o mais importante na formalização de financiamentos privados da produção. Serve para diversas finalidades, como aquisição de produtos e insumos, financiamento de produção e prestação de garantias, entre outras.

Na modalidade de liquidação física, não se apresenta um preço, mas a quantidade e a qualidade de um produto rural que deverá ser entregue pelo emitente (produtor rural, cooperativa ou associação de produtores). Já na CPR financeira, como é um título para contratar um empréstimo, o emitente obriga-se a pagar uma quantia certa ao credor.

PLATAFORMA BOLSA AGRO CPR

A plataforma Bolsa Agro CPR, criada pela BBM em parceria com a Seges Agro, faz uso da tecnologia para ajudar na solução de dois problemas. O primeiro refere-se à falta de clareza e à insegurança técnica e jurídica nas conhecidas CPRs de gaveta. O segundo relaciona-se ao trâmite demorado dos registros de garantias extrajudiciais em cartórios de um volume considerável de CPRs emitidas no Brasil.

Essa ferramenta chega ao mercado para preencher a lacuna e atender a demanda nas emissões desses títulos de forma 100% digital, com qualidade técnica e jurídica, além de baixo custo operacional e agilidade nos registros cartoriais.

Para a melhoria do mercado de crédito privado do agronegócio, em termos de condições operacionais mais favoráveis aos financiadores, inclusive em moeda estrangeira, as regras da CPR, certamente, passarão por ajustes. Isso abre uma grande porta para a diminuição das taxas de juros pagas por produtores.

Hoje, as CPRs são emitidas em papel, de maneira cartular. Com a digitalização dos documentos, os agentes das cadeias produtivas passarão a contar com mais agilidade e segurança em suas operações.

MAIS EFICIÊNCIA AOS NEGÓCIOS

No Brasil, as estimativas ainda são precárias em relação ao número de CPRs de gaveta existentes à espera de liquidação na data do vencimento. A BBM pretende trazer esse volume de forma gradual para o seu sistema eletrônico. O agronegócio passa a se confrontar cada vez mais com a necessidade de financiamento sem depender de recursos públicos. Diante desse quadro, a ferramenta dará mais eficiência aos negócios, com ganho de tempo, escala e economia aos agentes.

A plataforma Bolsa Agro CPR reúne num "pacote digital", em qualquer lugar do Brasil, o documento com a assinatura digital do emitente e do avalista e o registro de garantias realizadas em cartórios de registro de imóveis. Atualmente, são mais de 450 cartórios de registro interligados de forma eletrônica à plataforma. Esse número aumentará muito nos próximos anos. O sistema oferece, também, um serviço de suporte de agentes para acompanhar o trâmite dos registros cartoriais.

Na certificação ICP-Brasil, tem-se a gestão integrada de garantias extrajudiciais e a infraestrutura de dados em *data centers* padrão Tier III com o mesmo nível de segurança adotado pelo sistema bancário brasileiro. Isso oferece uma excelente alternativa de atendimento às rígidas regras de *compliance*. A transformação final desse pacote digital de documentos em uma ata notarial com fé pública dá a segurança que os agentes financiadores do agronegócio desejam na formalização dos seus negócios.

Está previsto, também, atender com todos os níveis de garantias: aval, penhor, hipoteca, alienação fiduciária e, até mesmo, seguro de produtividade contra perdas por eventos climáticos, em que o beneficiário é o último credor do título. Isso garante o valor da quantidade de produto expresso no momento da sua emissão. Essa novidade oferece valores de prêmios viáveis e competitivos em apólices contratadas digitalmente. O prêmio do seguro poderá contar com subvenção dos governos federal e estaduais.

OUTROS BENEFÍCIOS

O sistema prevê a possibilidade do endosso eletrônico da CPR a terceiros em documento digital à parte, com a oferta de serviços para o credor acompanhar e monitorar a safra, do plantio à colheita. O documento digital permite um processo rigoroso de análise das áreas impedidas de produzirem (indígena, quilombola, de preservação permanente e reserva legal). A informação dá-se por meio das coordenadas geodésicas, com boletins e imagens de satélite.

A CPR é o principal lastro nas operações de crédito com outros títulos financeiros, como a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA). A criação da CPR digital permite a interoperabilidade de registros do título em câmaras registradoras autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BCB), de modo a facilitar a transferência de garantias e de escrituração dos direitos creditórios.

Outra grande novidade e vantagem da CPR digital é o seu modelo padrão, com a possibilidade do endosso eletrônico da Cédula a um novo credor em documento à parte. Isso dá condições para a contratação da transferência do produto a receber, em mercado a termo, pelos consumidores finais. É uma excelente oportunidade de negócios aos financiadores, sobretudo indústrias químicas, revendas de insumos e cooperativas, com aumento no fluxo de recursos de financiamentos. O financiador pode anunciar a intenção de vender o produto objeto da CPRs, para entregar no vencimento, em um ambiente de acesso exclusivo das corretoras de mercadorias associadas à BBM.

Enfim, o produtor terá mais liberdade de negociação, e o investidor ficará mais interessado na cadeia do agronegócio. Além de sair do papel e da gaveta para ser o lastro digital do crédito agrícola brasileiro, a CPR passa a ser um importante e ágil instrumento de comercialização de produtos no mercado físico. Trabalharemos para isso. ■



SHUTTERSTOCK

CONSOLIDAÇÃO DE UMA TECNOLOGIA VENCEDORA

SOLON C. ARAUJO
Consultor da Associação Nacional dos Produtores e Importadores de Inoculantes (ANPII)

JOSÉ ROBERTO PEREIRA DE CASTRO
Presidente da ANPII

A descoberta da agricultura foi o primeiro grande passo em direção a uma vida civilizada.

Arthur Keith

No momento em que o homem descobriu que podia semear, acompanhar a cultura e colher os seus frutos, deixou o nomadismo e se tornou gregário, com a implantação do cultivo sistemático de plantas e da criação de animais. Esse foi o processo inicial de uma atividade que levou à nossa civilização atual. Sem a produção e a distribuição organizadas dos alimentos nos mercados, não seria possível o atual modo de vida, com menos pessoas produzindo alimentos no campo para uma população nas cidades cada vez maior.

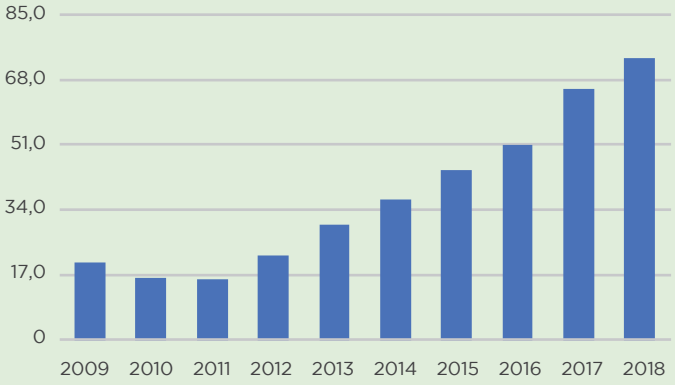
Durante milênios, a agricultura passou por uma enorme evolução. Nos primórdios, os agricultores buscavam métodos empíricos. Com o tempo, foram incorporando métodos científicos para incrementar a fertilidade dos solos e melhorar a produtividade das plantas. O espalhamento de dejetos domésticos, estrume e cinzas nas lavouras já era uma tecnologia aplicada à agricultura. A seleção de gramíneas a partir do teosinto e o melhoramento das variedades de milho, mais produtivas e mais fáceis de cultivar, já faziam parte da cultura agronômica dos povos mexicanos mais de 9.000 anos atrás.

Ocorreram diversas "revoluções" agrícolas ao longo do tempo. A mais recente e conhecida foi a Revolução Verde, iniciada por Norman Borlaug. Todas contrariavam a teoria malthusiana, pois aumentavam a disponibilidade e tornavam mais baixos

SHUTTERSTOCK

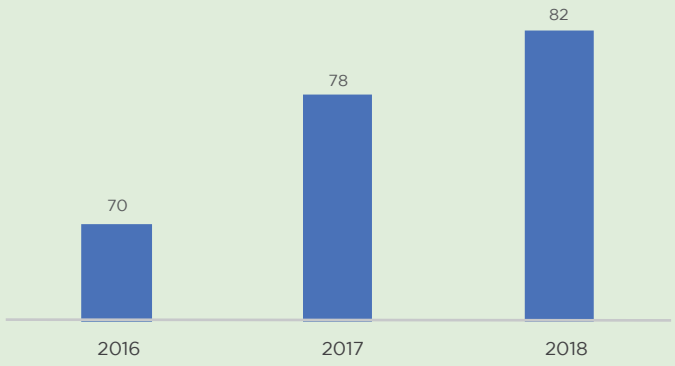


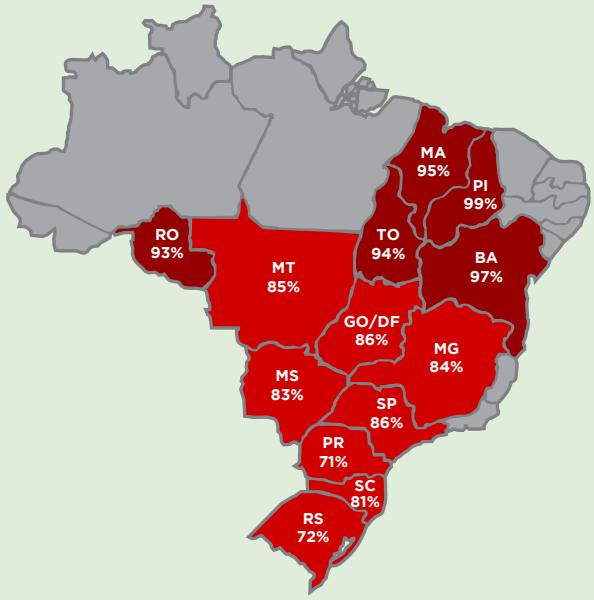
BRASIL: DOSES COMERCIALIZADAS DE INOCULANTES
(MILHARES DE UNIDADES)



Fonte: ANPII

BRASIL: PERCENTUAL DE AGRICULTORES QUE UTILIZAM INOCULANTE





Fonte: SPARK

os preços dos alimentos enquanto a população seguia em crescimento constante. Assim, o uso de tecnologia acompanha a agricultura e permite a segurança alimentar do mundo.

FIXAÇÃO BIOLÓGICA DE NITROGÊNIO (FBP)

As tecnologias modernas impactam a produtividade, a rentabilidade e a sustentabilidade das lavouras, com destaque para a Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN), uma das mais consolidadas no Brasil. Plenamente aceita pelo agricultor, mostra um crescimento ininterrupto na sua utilização nos últimos sete anos. As bactérias fixadoras de nitrogênio (BFNs), com sua infindável reserva na atmosfera, quando aportadas ao solo por meio do inoculante, transformam o nutriente da sua forma não assimilável na natureza em substâncias que suprirão a planta nas quantidades necessárias para as mais elevadas produtividades.

No período de 2009 a 2018, o crescimento na comercialização do inoculante foi de 360%, com uma média de 51,46% ao ano. Isso demonstra a plena aderência dos agricultores ao uso desse insumo nas culturas, em especial na de soja. Nesses mesmos anos, a área de soja teve um aumento de 28,6%. Isso demonstra que o seu uso se deu pelo emprego mais intensivo da tecnologia, e não apenas pela incorporação de novas áreas de cultivo.

Em uma pesquisa encomendada pela ANPII, a empresa de consultoria SPARK levantou que a taxa de agricultores utilizadores de inoculantes cresceu de 70%, em 2016, para 78%, em 2017, e 82%, em 2018. Na análise de distribuição por estado, Piauí, Maranhão, Tocantins, Bahia e Rondônia mostram um índice superior a 90%, enquanto os demais estados apresentam um percentual entre 70% e 90%.

No que se refere à associação de dois inoculantes diferentes, na cultura de soja, a aplicação do inoculante à base de *Bradyrhizobium* juntamente ao inoculante que contém bactérias do gênero *Azospirillum* cresceu significativamente entre 2017 (1%) e 2018 (14%).

O Brasil, na vanguarda do uso de FBN, já começa a utilizar essa ferramenta de forma crescente, e as empresas da ANPII já produzem os dois tipos de inoculante, disponibilizando-os para aumentar a rentabilidade dos agricultores.

Desta forma, dentro do contexto altamente tecnológico do agronegócio brasileiro, o aporte de nitrogênio via biológica firma-se com melhor custo-benefício para o setor. A contínua e crescente adesão à prática mostra o acerto da opção em desenvolver cultivares de soja com o uso de BFNs em vez de nitrogênio mineral. Aí está um dos casos de maior sucesso na agricultura brasileira, unindo pesquisa, empresas, extensão e órgãos regulatórios. ■

26º CONGRESSO INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA DO TRIGO

O evento focará nos debates sobre o futuro da produção de trigo e os rumos da indústria moageira diante das tendências político-econômicas do Brasil e do exterior, das mudanças nos padrões de consumo e das inovações tecnológicas.

A indústria moageira já tem data definida para voltar a se reunir. Será o mais importante evento do setor no Brasil, agendado para o período de 22 a 24 de setembro de 2019: o 26º Congresso Internacional da Indústria do Trigo, realizado pela Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo). O evento, que terá como tema "Novas estratégias para um novo cenário", acontecerá no hotel Royal Palm Plaza, em Campinas-SP, e deve receber um público de aproximadamente seiscentas pessoas.

Realizado todos os anos, desde 1993, o Congresso da Abitrigo contribui para o fortalecimento e o crescimento de toda a cadeia que envolve o cereal no Brasil e em outros países. O encontro representa a oportunidade de trocar experiências e conhecimentos com empresários, gestores e autoridades do Brasil e do exterior. Consolidado internacionalmente, o 26º Congresso da Abitrigo deverá receber visitantes da Argentina, do Chile, da China, dos Estados Unidos, da Itália, do Paraguai, da Turquia e do Uruguai.

PROGRAMAÇÃO

A programação do evento começa no domingo, 22 de setembro, às 16 horas, com um *workshop*, que será conduzido por um representante da empresa Prozyn BioSolutions. O destaque é a palestra inaugural, com o tema "Cenário político e econômico", a ser apresentada pela jornalista e colunista de política do jornal O Estado de S. Paulo Eliane Cantanhêde. O dia termina com um coquetel de confraternização e com a abertura da Feira de Negócios, que reúne fornecedores da cadeia da indústria moageira apresentando as mais recentes tecnologias em produtos e serviços.

A solenidade oficial de abertura do Congresso será realizada na manhã de 23 de setembro, com a conferência da ministra Tereza Cristina, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Ao longo do dia, estão programados dois painéis, com os temas "Perspectivas do agronegócio" e "Acordos de livre-comércio do MERCOSUL e o agronegócio", conduzidos, respectivamente, pelo especialista em agronegócios e bioenergia Marcos Jank e pelo embaixador Orlando Leite Ribeiro, secretário da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI/MAPA), com moderação do embaixador Rubens Barbosa, presidente executivo da Abitrigo. Os tópicos têm estreita relação com a temática do evento – "Novas estratégias para um novo cenário" –, pois colocarão em debate o cenário de profundas e rápidas mudanças no ambiente de negócios no qual as empresas estão inseridas, sendo afetadas por complexas relações globais, aceleradas transformações tecnológicas e sensíveis alterações comportamentais e de valores da sociedade contemporânea.

Completam as apresentações do segundo dia do evento duas mesas-redondas. A primeira delas abordará o tema "Regulamentação e tendências do mercado de trigo", ratificando o forte compromisso da indústria moageira com o cumprimento das normas e das legislações. A segunda mesa-redonda terá foco no tópico "Conjuntura do trigo e a indústria da moagem", com debate sobre o futuro da cadeia de trigo e análise de cenários para a indústria do setor considerando competitividade, gestão, estratégia dos *players* e influência da tecnologia. A moderação ficará a cargo de Valnei Vargas Origuela, presidente do Sindicato da Indústria do Trigo no Estado de São Paulo (Sindustrigo). Nos intervalos durante a programação, os congressistas



SHUTTERSTOCK

terão um período livre para visitas à Feira de Negócios e, no final do dia, irão reunir-se em um coquetel e um jantar de confraternização.

No último dia de evento, 24 de setembro, a programação inicia-se com o tema "Mudanças de hábitos de consumo – visão dos parceiros da Abitrigo", trazendo uma análise das mudanças provenientes das alterações dos padrões de consumo, da saudabilidade e dos desenvolvimentos tecnológicos que influenciarão os produtos à base de farinha de trigo e os potenciais impactos sobre a condução dos negócios. Com moderação do presidente do Conselho da Abitrigo, João Carlos Veríssimo, o painel será apresentado por João Dornellas, presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA), Claudio Zanão, presidente executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados (ABIMAPI), e José Batista de Oliveira, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (ABIP).

No encerramento do Congresso, em apresentação moderada pelo embaixador Rubens Barbosa, será abordado o tema "Trigo – visão internacional", contando com representantes dos principais fornecedores de trigo para a indústria nacional, tanto do próprio Brasil, como vindos dos Estados Unidos, da Argentina, do Paraguai e da Rússia.

O 26º Congresso é uma realização da Abitrigo, com organização da MCI Brasil e que conta com o apoio e o patrocínio das principais empresas e parceiros do setor. ■

SERVIÇO

Os valores para participação no evento são os seguintes: associado Abitrigo – R$ 1.250,00; não associado – R$ 1.650,00; estrangeiro – US$ 550,00; acompanhante – R$ 400,00. Para os participantes, esses valores incluem: o acesso a todo o material do Congresso e a toda a programação do evento e da Feira de Negócios; almoço nos dias 23 e 24 de setembro; e jantar de confraternização no dia 23. A taxa de inscrição não inclui custos referentes a voos e hospedagem.

26º CONGRESSO INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA DO TRIGO

A programação está sujeita a alterações por força de mudanças na agenda dos palestrantes convidados. Informações e inscrições encontram-se em **http://abitrigo.com.br/congresso**.

OS PASSOS PARA A AMPLIAÇÃO DO SEGURO RURAL

DA REDAÇÃO

Ao anunciar o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2019/20, o Governo espera aumentar a área de cobertura com o seguro rural e dar ao produtor rural mais opções de seguros para aumentar a competitividade entre as empresas seguradoras.

COM O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2019/20, os recursos para a subvenção do prêmio poderão, pela primeira vez, causar algum impacto sobre o mercado, com R$ 1 bilhão sem contingenciamento. Esse pode ser o sinal de que, no futuro, as apólices de seguros venham a servir como garantia nas operações de financiamento. Os médios e os grandes produtores poderão buscar recursos em outras fontes, e os próprios bancos terão mais disposição para emprestar. Cerca de quatorze operadoras estão habilitadas a operar.

Espera-se que as seguradoras possam realizar seguros customizados com base na propriedade, na localidade e nos dados fornecidos pelo agricultor. Outra importante mudança aguardada será o seguro para proteger a renda do produtor. Por exemplo, tendo a renda segurada a R$ 75,00 por saca, se tiver perdas, ele receberá uma complementação a esse valor.

Nos Estados Unidos, mais de 90% das lavouras são cobertas por seguro rural; enquanto, no Brasil, menos de 12% da área agrícola. Em 2018, o programa teve queda e atendeu apenas 42 mil produtores rurais, frente a 5 milhões de propriedades existentes.

A participação do Estado é fundamental para o desenvolvimento do mercado de seguro rural. Desde a criação do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), em 2006, R$ 3,6 bilhões foram pagos em indenizações. Precisamos que a política agrícola modernize o seguro rural. Quando segurada, a agropecuária gera mais renda para o produtor rural, fomenta a atividade econômica nos municípios e promove crescimento para toda sociedade. ■

SHUTTERSTOCK



DESTAQUES DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE SEGURO RURAL

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) promoveram, em 23 de abril último, o Seminário Internacional de Seguro Rural.

SEGURO RURAL NO MUNDO

"A dispersão é importante porque, quando um evento atinge uma área, a perda é compensada por outra não atingida. No agro, o seguro rural possibilita o acesso ao crédito agrícola e à inovação tecnológica. Com a biotecnologia e a agricultura de precisão, ajudará na adaptação às mudanças climáticas."

Daniel Hammer, consultor sênior em Subscrição de Riscos na PartnerRe

"Nos Estados Unidos o programa de seguro cobre mais de 540 culturas, com orçamento anual de US$ 100 bilhões. Do valor do prêmio, o governo banca 63%. Hoje, o seguro mais vendido é o de faturamento. Há um esforço para melhorar os seguros para frutas, vegetais, vendas diretas aos consumidores, agricultura urbana, pecuária e aquicultura."

Thomas Worth, chefe da Agência de Gestão de Riscos do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês)

"O modelo de seguro agrícola espanhol avançou, em 1978, com a criação de um sistema de participação público-privado. Como compromisso de Estado, o governo federal concede subsídios, complementados pelos governos estaduais. O sistema estimula e ajuda na adesão dos produtores, mas não haverá ajuda posterior do governo se o produtor rural não utilizar seguro."

Miguel Corrales, subscritor de Riscos Agropecuários na Mapfre

"O seguro rural no México possui quatrocentos fundos de seguro e seis seguradoras privadas. Em 2017, foram emitidos US$ 5,5 bilhões em prêmio e pagos US$ 2,5 bilhões em sinistro. Os subsídios somaram $ 1,5 bilhão, com cobertura em quase 14 milhões de hectares de área segurada. A estrutura de mercado está dividida em duas áreas: o seguro comercial, no Ministério de Finanças, composto por companhias privadas e fundos de seguro; e o seguro para pequenos produtores, no Ministério da Agricultura."

Rolando Hernandez, subscritor sênior na Arch

SEGURO RURAL NO BRASIL

"Criado em 2004, o PSR é uma parceria público-privada para compartilhar custos, ônus e benefícios entre os setores público e privado. Sem a subvenção ao seguro rural, o programa não seria viável. O anúncio do volume de subvenção não deveria ser anual, pois a agricultura é um negócio de planejamento e previsibilidade plurianuais. Outro programa importante para o mercado de seguro rural é o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), aperfeiçoado e atualizado anualmente para melhorar a gestão de risco."

Antônio Márcio Buainain, professor de Economia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

"No Brasil, o mercado de seguros alcança R$ 100 bilhões, sendo 80% concentrados em três carteiras: riscos patrimoniais, automóveis e pessoas. De 2006 para 2014, antes da crise econômica, passamos, no PSR, de 4 para 12 seguradoras, de 25 para 51 culturas, de 12 para 25 estados, de 16,7 mil para 80,0 mil produtores segurados, de R$ 82 milhões para R$ 2 bilhões em prêmio, de R$ 31 milhões para R$ 371 milhões em subvenção, de 1,56 milhão para 10,7 milhões de hectares segurados e de 0,66% para 4,27% a participação de seguros rurais no mercado brasileiro de seguros."

Daniel Nascimento, vice-presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg)

"No Brasil, dependendo da cultura e da região, 15% a 75% da variabilidade produtiva ocorre devido às condições meteorológicas. Os produtores brasileiros, de um modo geral, não conseguem controlar eventos climáticos adversos, como seca, geada, chuva em excesso, vendavais e granizo. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) estima que cada R$ 1 investido no ZARC gera um retorno de R$ 122. Algumas demandas para aprimorar o ZARC incluem a expansão do zoneamento para novos territórios e a inclusão de novos cultivares, genótipos e culturas."

Eduardo Monteiro, pesquisador na Embrapa Informática Agropecuária



SHUTTERSTOCK

abisolo
Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal

A ORDEM É GANHAR PRODUTIVIDADE

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) lançaram, em julho último, o relatório "Perspectivas Agrícolas 2019-2028". As projeções para o período chamam a atenção. A população mundial segue em crescimento, de 7,4 bilhões de pessoas para 8,4 bilhões. Aumenta, também, a demanda de cereais (13,6%), oleaginosas (10,9%), açúcar (16,4%) e proteína animal (13,0%).

Com áreas disponíveis para ampliar a produção e águas abundantes, as perspectivas apresentam-se bem positivas para a América Latina e o Caribe. Essa região representará 25% das exportações mundiais, sendo a líder no fornecimento de produtos do agronegócio. Os embarques da América do Norte (Estados Unidos e Canadá) deverão registrar um incremento mais moderado. Em termos de país, o Brasil irá protagonizar um papel de relevância na segurança alimentar global.

Esse quadro apenas ratifica as projeções realizadas em anos anteriores pela OCDE e pela FAO, duas entidades de renome e credibilidade de escala internacional. Para a Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo), apesar de desafiador, esse cenário oferece muitas oportunidades de negócios. O setor mostra pujança e confiança na agropecuária nacional.

O Conselho está empenhado em uma série de ações para fortalecer os ganhos de produtividade das lavouras: as presenças constantes nas promoções do ESALQSHOW, do Comitê Estratégico Soja Brasil (CESB), da Hortitec, da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV) e da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), entre outras; e, mais recentemente, o apoio ao fomento tecnológico da cana-de-açúcar com a adubação foliar.

A parceria da Abisolo com a ***Agroanalysis*** completa a sua décima primeira edição, sempre com o esforço de levar dados e conhecimento que gerem informações de qualidade para os associados e o público leitor.

FATURAMENTO DE R$ 7,6 BI EM 2018

Crescimento apontado foi de **19,3%** em relação ao ano de 2017



DO FATURAMENTO

71% Foliar
12% Organomineral
10% Condicionador de solo
4% Orgânico
3% Substratos para planta

EMPRESAS

504 registradas e verificadas como ativas.

MATÉRIA-PRIMA

Representa 50% dos gastos da indústria. Do total 41% é importada.

INVESTIMENTO

O setor investiu um percentual média de 3,6% em P&D

EMPREGO

O setor empregou 19,6 MIL trabalhadores.

CONSUMO

SOJA representa 47% das vendas do setor.

VENDAS

Cerca de 20% das vendas do setor foram para o estado de SÃO PAULO.



FÓRUM ABISOLO 2019

CONCILIAR CONHECIMENTO E NEGÓCIOS

Evento promovido pela Abisolo em Campinas-SP, o Fórum Abisolo atraiu cerca de 600 congressistas, além de 38 empresas expositoras. A próxima edição está agendada para 2021.

Com recorde de público – 914 pessoas – e avaliação positiva da maioria dos participantes em relação aos temas tratados nas palestras proferidas, o **VIII Abisolo Fórum e Exposição Internacional Tecnologia & Integração** superou as expectativas da Direção da **Abisolo.**

"Todos os temas foram amplamente aprovados pelo público, sendo o ponto culminante o debate sobre os impactos no agro da política, da economia e do rearranjo das relações internacionais. A plateia permaneceu lotada o tempo todo, com uma longa bateria de questões aos debatedores", comentou Roberto Levrero, presidente da entidade.

Também em relação aos expositores, Levrero destacou o nível de aceitação bastante elevado. "Todos se mostraram inteiramente satisfeitos com os resultados alcançados. Alguns concretizaram vendas que foram três vezes superiores às da edição de 2017. Uma grande maioria destacou o nível elevado do público que circulou pela área dos estandes", enfatizou o presidente da Abisolo.

Houve, ainda, a manifestação corrente entre os visitantes das possibilidades de realizar contatos e trocas de informações com outras indústrias, fornecedores e técnicos, numa intensa *network* realizada.



HARA FOTÓGRAFO

ROBERTO LEVRERO

O objetivo principal da entidade com a realização do evento foi alcançado com mérito. O tema central do Fórum, **Tecnologia & Integração**, esteve presente por meio da participação de todos os envolvidos com nutrição vegetal, desde os profissionais e os estudantes de Engenharia Agronômica até empresas que são fornecedoras da cadeia produtiva.

A fórmula do evento conjugou a área de exposição com uma grade de palestras bem diversificada, que mesclou assuntos técnicos e científicos, com palestras sobre inovação tecnológica.


Proteja **sua**
lavoura com a
máxima eficiência
O controle biológico é essencial para a saúde da sua lavoura e indispensável para o futuro da agricultura. A Biovalens possui excelência em biodefensivos para o controle de pragas e doenças de plantas, proporcionando aumento da qualidade e da produção de alimentos sustentáveis.
www.**biovalens**.com.br
Agricultor, evite riscos. Use somente defensivos biológicos registrados no Ministério da Agricultura.
Biovalens
Biotecnologia
VITTIA
GRUPO

A parte científica ganhou ainda maior peso acadêmico por incluir duas palestras internacionais. A professora Maria Del Carmen Salas Sanjuan, da Universidade de Almeria (Espanha), tratou do tema "Fertirrigação – Manejo de Nutrição e Ferramentas de Controle e Diagnóstico". E a pesquisadora Victória Fernandez, da Universidade Politécnica de Madri (também Espanha) abordou a temática "Nutrição Foliar – Fundamentos Científicos e Técnicas de Campo".

A fórmula da exposição e o *mix* variado de temas abordados deram tão bons resultados que a Direção da Abisolo planeja repeti-los no **IX Fórum**, a ser promovido em 2021. De acordo com Levrero, a avaliação dos participantes e dos expositores foi tão favorável que alguns ainda sugeriram o desmembramento da fórmula de palestras em *workshops* menores e focados em temas específicos de interesse direto da cadeia de nutrição vegetal. "Essa possibilidade já vinha sendo estudada, constando, inclusive, no Planejamento Estratégico da Associação", adiantou o presidente da entidade.

Durante o Fórum Abisolo, foi feito, também, o lançamento da quinta edição do **Anuário Brasileiro de Tecnologia em Nutrição Vegetal**, a consagrada publicação editada pela Abisolo e cujo download pode ser feito pelo link **www.abisolo.com.br/anuario**.

PRODUTIVIDADE E REDUÇÃO DE CUSTOS NA CANA-DE-AÇÚCAR



CARLOS EDUARDO FARONI, gerente de Desenvolvimento Agronômico da Biosev

A cana-de-açúcar é umas das plantas cultivadas mais eficientes no uso de luz, água e CO_2. É a principal matéria-prima do setor sucroenergético brasileiro, com um potencial biológico de acúmulo de biomassa ao redor de 400 toneladas por hectare. Açúcar, etanol e energia elétrica são os seus produtos básicos, mas leveduras, bagaço hidrolisado para alimentação animal e bioplásticos também são desenvolvidos.

Nos últimos anos, com a crise vivida pelo setor, a adoção de tecnologias para aumentar a produtividade dos canaviais tornou-se uma necessidade. A produtividade média na região Centro-Sul do País está ao redor de 74 toneladas por hectare, e as melhores médias de produtividade das usinas e dos fornecedores giram em torno das 100 toneladas por hectare. Há uma enorme distância em relação ao potencial de produção.

A tecnologia de fertilização por meio da aplicação de nutrientes via folha representa um enorme diferencial competitivo, com a reciclagem dos nutrientes exportados pelas plantas. Vinhaça, torta de filtro e fuligem podem muito bem ser empregadas na adubação. Como são muito volumosas, os seus dispêndios com transporte e aplicação ainda não viabilizam o uso em muitas áreas agrícolas.

Cerca de um quinto da receita com cana é gasto na adubação do próprio canavial. Se se somar o uso de corretivos, micronutrientes e biofertilizantes, a taxa vai para 30%. É um importante componente do custo de produção.

RETORNO DA ADUBAÇÃO FOLIAR

Tradicionalmente, a adubação do canavial é realizada após o corte, numa única vez. Como o porte da planta dificulta a entrada de equipamentos no canavial, a operação não é parcelada.

O sistema de colheita de cana crua, sem a queima, aporta 15 toneladas de palha por hectare na superfície do solo, com mudança na ciclagem de nutrientes e na imobilização do nitrogênio.

A compactação do solo aumentou com a mecanização e reduziu a área explorada pelas raízes. Com isso, cresceu a importância da adubação na linha de plantio, que ocorre na época de maior crescimento do canavial. Enquanto a camada de palha em cima do solo dificulta a

VANTAGENS TÉCNICAS E OPERACIONAIS DA ADUBAÇÃO FOLIAR

A nutrição via folha é utilizada para parcelar e complementar a adubação de base. Há usinas que fazem duas aplicações foliares, com grandes benefícios em termos de:

- ter alta eficiência de absorção e rápida correção de deficiências;
- flexibilizar a dose e o investimento no canavial; e
- operar em conjunto a outras aplicações, como inseticidas, por exemplo.

A adubação foliar na cana-de-açúcar concentra-se de outubro a fevereiro, época de acúmulo de 80% da biomassa do ciclo de produção. Essa é a época de maiores absorção e uso dos nutrientes.

A aplicação inicia-se pelas canas plantas de "ano e meio" (plantações de janeiro a abril), seguida pelas soqueiras das mudas utilizadas para o plantio de "ano e meio", pelas soqueiras de início de safra e, depois, pelas soqueiras de meio e final de safra.

A aplicação de nutrientes foliares na cana, principalmente se realizada com aviões, só deve ser realizada quando o canavial tiver porte de fechamento das entrelinhas pelas folhas.

incorporação do adubo, o escorrimento superficial de água pela baixa infiltração causada pela compactação aumenta a perda dos fertilizantes.

FUNDAMENTOS GERAIS DA NUTRIÇÃO FOLIAR

- A escolha dos nutrientes mais demandados pela cultura pode limitar o seu desenvolvimento.
- A fonte do nutriente de rápida absorção reduz perdas por chuvas após a aplicação.
- O pH do solo e a concentração da solução evitam a queima das folhas.
- Condicionadores e volume de calda junto a espalhantes adesivos ajudam na cobertura e aumentam a fixação dos nutrientes.
- Deve-se aproveitar o *timing* de aplicação para maximizar o período de crescimento das plantas.
- Deve-se controlar a qualidade da aplicação por via aérea.

Novas estratégias para aumentar a eficiência do processo de fertilização estão sendo buscadas. A complementação nutricional com a aplicação de nutrientes na folha ganha espaço. Produtivas, as variedades de cana perfilhadas e de crescimento mais rápido dão maiores respostas à adubação.

Normalmente, a expansão da cultura em solos de menor fertilidade e ambientes de produção desfavoráveis exige maiores correções de solo e reposição de nutrientes.

Os retornos com a adubação foliar proporcionam ganhos de produtividade acima de 10%, com incrementos entre 6 e 12 toneladas por hectare, conforme o estágio de corte. Tal tipo de adubação complementa a adubação de base ao corrigir as deficiências nutricionais das plantas.

Em resumo, a adubação foliar faz parte do agregado de tecnologias para aumentar a produtividade e a qualidade da cana-de-açúcar, com forte impacto sobre a redução de custos por tonelada de cana produzida. ■

TÉCNICAS COMPLEMENTARES PARA A EFICIÊNCIA DA NUTRIÇÃO FOLIAR

- Produtos para aumentar a adesão dos nutrientes às folhas, a superfície de contato e a velocidade do processo de absorção.
- Produtos para diminuir a deriva.
- Produtos biofertilizantes para contribuir com o ganho de produtividade e a qualidade da matéria-prima para a indústria.
- Produtos maturadores, que servem para aumentar o teor de açúcar das plantas no início da safra, mas podem reduzir a velocidade de seu desenvolvimento.



BIOMAX®
premium

O INOCULANTE
LÍDER
DE MERCADO

O INOCULANTE LÍDER DE MERCADO

- *Inoculante com a maior concentração de bactérias do mercado;*
- *Elevado fornecimento de N a baixo custo;*
- *Qualidade comprovada no campo,*
- *Garantia de maior produtividade.*



Biosoja
Agrociência

VITTIA
GRUPO

www.biosoja.com.br



SHODO YASSUNAGA

Da esquerda para a direita, José Perdomo, Caio Carbonari e Elizabeth Nascimento

FÓRUM INTERNACIONAL

INOVAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA

EDUARDO LEDUC

Presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

A adoção de tecnologia, as boas práticas agrícolas e uma comunicação transparente com a sociedade são essenciais para a reputação do alimento brasileiro. Tivemos um aumento significativo na produtividade das lavouras. O Projeto de Lei (PL) nº 6.299 dá eficiência ao processo regulatório com rigor científico. Nessa era do chamado protagonismo do consumidor, o cidadão deseja definir o seu padrão de consumo. A imprensa terá um papel relevante nisso. Vamos trabalhar para que a agricultura brasileira tenha a imagem e a reputação que merece.



SHODO YASSUNAGA

Eduardo Leduc, presidente do Conselho Diretor da Andef

VALDEMAR FISCHER

Presidente do Conselho Diretor da CropLife Latin America

Com o crescimento do comércio internacional de alimentos, cabe uma reflexão sobre inovação e sustentabilidade. O desafio da agricultura brasileira consiste em atender essa demanda global com a qualidade requerida pelos países compradores. De forma brilhante, o governo federal muda a narrativa da agricultura. Isso faz jus ao trabalho desenvolvido pelo setor, com o esforço do agricultor, a pesquisa e a indústria, entre outros, para que as inovações em uso em outros países cheguem mais rápido ao Brasil.

FERNANDO SILVEIRA CAMARGO

Secretário da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDI/MAPA)

Inovação e sustentabilidade são um duo importante para aumentar a produtividade sem aumentar a área e destruir a natureza. O MAPA e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) estão criando a Câmara da Agricultura Digital – Agricultura 4.0 – no esforço de termos tecnologia embarcada com acesso à internet no campo. O tema de defensivos traz três benefícios fundamentais: primeiro, o de propiciar ganhos

de produtividade, com o acesso a novos princípios ativos; segundo, o da segurança do aplicador; e terceiro, na questão do 'ambientalmente correto'.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL
Ministro substituto do MCTIC

A Telebras tem instalado vários pontos de acesso à internet para aumentar a produtividade da agricultura. É importante que a população saiba que consome alimentos de qualidade com segurança. O Brasil dá mostras claras à comunidade internacional da sua competência na produção primária. O setor depende dos insumos para produzir alimentos além do nosso consumo e exportar.

MARCOS MONTES
Ministro interino do MAPA

A nossa preocupação concentra-se na busca de mercados e na proteção dos produtores. Temos um problema na imagem externa e precisamos convencer a própria sociedade brasileira. Superar a barreira da desinformação é um desafio. Precisamos dos defensivos para proteger o produtor. Há uma sintonia muito forte entre o MAPA, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Vamos derrubar o discurso do veneno na comida das pessoas. Não podemos gastar mais tempo com assuntos técnicos já superados.

MODERNIZAR PARA GARANTIR A SEGURANÇA O PAPEL DAS AGROTECNOLOGIAS NA SEGURANÇA ALIMENTAR

JOSÉ PERDOMO
Presidente executivo da CropLife Latin America

Devemos esforçar-nos para levar as melhores tecnologias de produção aos agricultores. A comida faz um longo caminho até chegar aos mercados.

Na proteção das culturas, as companhias investem US$ 7 bilhões por ano. Isso equivale ao orçamento da Costa Rica ou de El Salvador e Honduras. Nos alimentos geneticamente modificados, a posição do Brasil é a de segundo maior produtor do mundo. Nos últimos vinte anos, assistimos ao lançamento dos produtos biológicos para controle de pragas e doenças. De um modo geral, a nanotecnologia aumenta a eficiência do produto com doses menores e mais especificidade.

Governo, indústria e distribuição precisam trabalhar em conjunto na regulamentação dos produtos e na educação do agricultor.

O mundo precisa de comida saudável e barata, e devemos produzir mais em menos área. Os nossos desafios focam os agricultores pequenos com pouca tecnologia e baixa produtividade. Com a migração para as cidades e o envelhecimento da população no campo, a transição passa por boas práticas, controle de pragas e doenças, conservação de solo e água etc.

No mundo, 30% da população trabalha no campo e 50% da comida produzida é feita por 500 milhões de pequenos agricultores, dos quais 40% são mulheres. Qualquer aumento em sua produtividade resultará em muito aumento na produção de alimentos. A CropLife Latin America atua em dezoito países, com 25 associações.

Na área de alimentos, no mundo, a América Latina participa com 13% da produção e 16% nas exportações de alimentos, com 24% da terra arável, 30% da água doce e 25% das florestas.

BRASIL: INFORMANDO CORRETAMENTE SOBRE O USO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

CAIO CARBONARI
Professor na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), *campus* de Botucatu

Sobre o uso dos defensivos agrícolas, como existe uma grande desinformação, cabe uma análise pragmática, fundamentada em dados e conhecimento.

Na agricultura brasileira, houve um descolamento entre as curvas de produção e de plantio, com produção maior numa mesma área. Houve intensificação da tecnologia, com melhoramento genético das plantas, avanço na mecanização e maior uso dos insumos. Os defensivos agrícolas, por exemplo, ao evitar as perdas promovidas por pragas, doenças e plantas daninhas, possuem um papel estratégico nesse contexto.

Contamos com 32 milhões de hectares cultivados sob sistema de plantio direto, com preservação da cobertura morta sobre o solo. Realizamos duas safras em boa parte das áreas agrícolas.

Aproveitamos melhor as condições climáticas existentes.

Na cana-de-açúcar, 80% da área plantada, de 8 milhões de hectares, não é mais queimada, enquanto a colheita mecanizada preserva a cobertura morta sobre o solo, com benefícios ambientais positivos.

O superávit do agronegócio na balança comercial brasileira mostra o impacto do Brasil sobre a segurança alimentar mundial e o papel estruturante do setor para a economia nacional. Temos atestado de qualidade para produzir e exportar a mais de 160 países. Por tudo isso, cabe à sociedade brasileira garantir a competitividade e a sustentabilidade da agricultura.

De 2013 a 2017, o uso nacional de defensivos caiu 12,5%, enquanto subiu nos Estados Unidos, na China e na Índia. Enquanto, na França, diminuiu um pouco; no restante dos países, manteve-se no mesmo nível.

Quando dividimos a quantidade consumida pela área plantada, a interpretação muda. O Brasil cai para a sétima posição, atrás de Japão, Coreia, Alemanha, França, Itália e Reino Unido. Se dividirmos pela produção, o Brasil vai para a 13ª posição, depois de Canadá, Estados Unidos, Argentina, Austrália, Espanha e vários países.

Temos de destacar que esses países produzem em clima temperado. O Brasil é o único país com uma agricultura importante em clima tropical, com desafios em termos de manejo fitossanitário. Não possui o inverno rigoroso do ambiente temperado para quebrar o ciclo de produção.

Quando cruzamos o consumo de defensivos em dólar com a produtividade, o Brasil participa do grupo de países com baixo consumo de agrotóxicos e maior produtividade.

Para monitorar o risco do uso dos defensivos agrícolas, existe o Quociente de Impacto Ambiental (EIQ, na sigla em inglês), que serve para comparar culturas, regiões e sistemas de produção. Essa ferramenta foi desenvolvida em 1992 por Kovach e colaboradores na Universidade de Cornell.

Fizemos uma quantificação do EIQ para quatro culturas (milho, soja, cana e algodão), que representam 80% da área agrícola no Brasil, para o período de 2002 a 2015, em termos de hectares, número de aplicações e EIQ por aplicação. Registramos uma queda drástica no EIQ por aplicação. Atualizamos os dados para 2016 e 2017, com queda média no risco ambiental (37%).

A legislação nacional de defensivos no Brasil é de 1989, anterior à biotecnologia, à nanotecnologia e à agricultura digital. Precisamos incorporar o conceito de análise de risco. Temos produtos disponíveis seguros, mas a lei deve permitir o acesso rápido às tecnologias em curso. Dos 32 novos ingredientes ativos (IAs) no aguardo de registro para uso comercial no Brasil, muitos já são registrados nos Estados Unidos (19), no Canadá (19), na Austrália (18), no Japão (17), na União Europeia (16) e na Argentina (15). Nesses países, muitos deles estão em uso (29).

Em comparação aos IAs no mercado, a média de EIQ do IA com aguardo para registro é menor (42%). Demoramos para colocar no mercado produtos mais eficientes contra vários alvos biológicos que se tornaram grandes problemas. A dose média dos produtos lançados a partir de 2000 corresponde a 12% da dose utilizada nas décadas anteriores.

SEGURANÇA ALIMENTAR E USO DE DEFENSIVOS

ELIZABETH NASCIMENTO
Professora na Universidade de São Paulo (USP)

Em 2002, Kroes afirmou que "não comer causa mais riscos à saúde do que comer e, via de regra, acarreta riscos muito maiores que os causados pela maioria das substâncias tóxicas conhecidas presentes nos alimentos". Com o tempo, aprendemos a tratar e cozinhar os alimentos de forma adequada.

Queremos um alimento seguro, com tempo de prateleira e com uso de aditivos pela indústria para servi-lo de forma adequada. Então, fica a preocupação com os contaminantes, os chamados "defensivos agrícolas", "agrotóxicos", "pesticidas", "agroquímicos".

Conforme a estrutura química, a absorção do praguicida varia. Sempre haverá uma dose segura a que não responderemos de forma negativa. Paracelsus, há quinhentos anos, dizia que a dose fazia o veneno. O efeito agudo acontece rápido, enquanto o crônico aparece a longo prazo. Diferente de perigo, risco é a probabilidade de acarretar um dano sob condições específicas.

Em 1983, a Academia Nacional de Ciências americana desenvolveu um projeto associado à avaliação de risco, dividido em quatro fases: na primeira, estabelecia-se a dose da Ingestão Diária Aceitável (IDA); na segunda, chegava-se à relação dose-resposta; na terceira, objetivava-se entender a exposição humana; e, na quarta, comparava-se a exposição humana com a IDA.

Os parâmetros de índices são relevantes. Se os valores de exposição humana e a toxicidade das substâncias forem altos, as agências regulamentadoras diminuem a presença do praguicida. Existem vários sistemas de qualidade para avaliar se os alimentos são produzidos e tratados de forma adequada. A definição do

Limite Máximo de Resíduos (LMR) é feita pelo Codex Alimentarius, aporte da Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como por legislações de segurança alimentar de países e blocos.

No Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), do MAPA, vemos que, desde 2013, 96,65% apresentavam padrões de conformidade com a legislação. Existem alguns problemas a ser trabalhados nas culturas com insumos fitossanitários insuficientes. O gerenciamento de risco está adequado. O problema maior está em como comunicar o risco. Há uma dificuldade em tirar a crença arraigada na sociedade de que qualquer substância pode acarretar dano.



SHODO YASSUNAGA

José Perdomo, presidente executivo da CropLife Latin America

WILLIAM WAACK
Moderador dos debates

É curioso participar de um evento com foco em expor o avanço da tecnologia baseado na inovação. Dispomos de conhecimento com fundamento científico, porém temos dificuldade de fazer com que isso seja entendido e aceito. Em outras palavras, estamos diante de um problema político.

Quando se referiam ao aumento de produtividade da agricultura brasileira, todos referiam-se à capacidade de utilizar melhor os recursos, sem que a sociedade entendesse. Também quando apresentam os ganhos nos aspectos de toxicidade, defrontam a resistência da política cultural.

Temos decisões no Parlamento, como o PL nº 6.299. Trata-se de uma matéria de enorme impacto do ponto de vista político. A expectativa corre no sentido de que os votos dos deputados federais sejam em nome da Ciência, no sentido de melhorar a legislação. Isso permitirá o uso da inovação tecnológica para a continuidade dos ganhos de produtividade da agricultura.

Os depoimentos são de que há uma perda na guerra da comunicação. Fomos relapsos? Ficamos fechados no círculo dos convertidos. O Greenpeace anuncia que houve a liberação de mais 239 produtos classificados genericamente como defensivos agrícolas. Isso repercute entre os não convertidos. O que o setor faz? Em quem os alunos acreditam?

JOSÉ PERDOMO

Erramos em comunicar de uma maneira científica o nosso conhecimento. Falamos muito para nós mesmos. A sociedade não entende os detalhes dos benefícios da indústria. Precisamos buscar aliados e realizar eventos desse tipo. É um processo de educação.

ELIZABETH NASCIMENTO

As crenças na sociedade são mais fortes. No Canadá, havia a figura do médico Dr. Nantel para explicar e mostrar soluções para a contaminação dos lagos. Ele usava uma linguagem muito especial. Vemos com muita tristeza esse quadro atual de descrença em vários países.

Muitos estudos científicos mostram, nos últimos anos, a descrença da sociedade em relação ao Governo, à imprensa, à Academia etc... Na Toxicologia, temos os conceitos de perigo e de risco. Por exemplo, a tesoura, como pode causar dano, precisa ser usada com cuidado.

CAIO CARBONARI

Perdemos a guerra da comunicação, em partes, porque deixamos de gerar informações. Fomos negligentes em apresentar dados fundamentados com estatísticas corretas. Essa comunicação com mais registros de produtos genéricos não possui conteúdo. A nossa argumentação é sobre moléculas novas, mais seguras e de menor risco.

WILLIAM WAACK

Com esse PL nº 6.299, o Brasil deixa de ficar atrasado ou aumenta o perigo para os seus habitantes? Como conversar com o deputado? Em que medida o novo governo apoia medidas para manter a competitividade do agronegócio?

JOSÉ PERDOMO

Como está atrasado, o PL moderniza o sistema regulatório do Brasil no nível global das primeiras economias do mundo. A competitividade de hoje

diminuirá diante desses produtos com menor toxicidade e maior eficiência. Estamos em um momento-chave.

CAIO CARBONARI

O PL coloca a legislação brasileira em pé de igualdade com a existente no mundo desenvolvido. Além de acrescentar o conceito de análise de risco, que já foi incorporado há vinte anos, permite uma convergência científica e regulatória de escala mundial. Isso tem importância para o livre-comércio de produtos em termos econômicos e de segurança.

ELIZABETH NASCIMENTO

Uma vez, tive de falar para um juiz que determinado produto era carcinogênico. Ele perguntou: "E se o trabalhador ingerir o cimento?". Respondi que teria uma obstrução gastrointestinal e morreria, com uma fala rebuscada e científica. Ele falou: "Não entendo nada.". Passei a discorrer de maneira palatável, e funcionou. Os anseios de um deputado são diferentes de uma demonstração científica sobre algo perfeito.

ENCERRAMENTO

ALCEU MOREIRA

Deputado federal (MDB/RS) e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

Somos competidores de mercado. Cada produto menos produzido no Brasil será vendido por outro país. Existem interesses para nos deixar menos eficientes. Se conseguirem provar que o nosso solo do Cerrado ficará estéril, perderemos compradores. Dos 513 deputados federais no Congresso Nacional, a FPA conta com 289. Da população nacional, a urbana representa 85%. Precisamos trazer o deputado e o senador urbanos para o nosso lado. Montaremos uma comissão geral para discutir o Código Florestal. Lançaremos um projeto de comunicação nas Embaixadas no exterior. Trabalhamos para montar uma grande exposição em São Paulo para divulgar o nosso agro para a comunidade internacional. Com boas estratégias, venceremos a batalha no campo da comunicação. ■

PRÊMIO ANDEF INOVAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA

O objetivo é reconhecer os profissionais de destaque na criação ou no desenvolvimento de soluções inovadoras ou sustentáveis na agricultura com capacidade para aumentar a produtividade, a proteção à saúde humana e a preservação do meio ambiente.

CATEGORIA INOVAÇÃO: Marcos Nascimbem Ferraz, engenheiro-agrônomo e mestre em Engenharia de Sistemas Agrícolas, formado pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP). Trabalha na área de Tecnologia e Agricultura de Precisão há treze anos. É sócio-fundador da empresa Smart Sensing Brasil, responsável pela tecnologia por meio de sensores que identificam e acionam a pulverização das plantas, com economia no uso de defensivos agrícolas.

CATEGORIA SUSTENTABILIDADE: Gherman Garcia Leal de Araujo, graduado em Zootecnia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com Mestrado e Doutorado na mesma área pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Pós-doutorado pela Universidade da Califórnia. A sua principal área de atuação é o Semiárido brasileiro, em projetos para gerar tecnologias que possibilitem que o produtor aumente a sua capacidade de estoque de alimento e água para os animais.

CATEGORIA PERSONALIDADE: Yeda Maria Malheiros de Oliveira, engenheira florestal com Doutorado em Oxford, na Inglaterra, e pesquisadora da Embrapa Florestas há 41 anos. Faz parte da Comissão Técnica do Inventário Florestal Nacional (IFN) e tem sido membra ativa da parceria com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) na sua concepção e na sua implantação. É vice-presidente do Comitê Organizador do 25º Congresso Mundial da União Internacional das Organizações de Pesquisa Florestal (IUFRO, na sigla em inglês).



SHODO YASSUNAGA

Da esquerda para a direita: Mário Von Zuben, Marcos Ferraz, Alceu Moreira, Yeda de Oliveira, Eduardo Leduc e Gherman de Araujo

AGRONEGÓCIO: AJUSTE DE FOCO NA POLÍTICA AGRÍCOLA



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

O AGRONEGÓCIO foi incentivado pelo nosso sistema de representação no seu surgimento, há mais de sessenta anos. Atualmente, o setor representa 21,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e movimenta a indústria, o comércio e os serviços, gerando empregos e renda, principalmente no interior do Brasil. Ele promove a interiorização do desenvolvimento nacional; é sinônimo de progresso.

Apesar dos resultados positivos do setor, a percepção corrente dos produtores é que as conquistas se devem, preponderantemente, ao empreendedorismo dos agentes econômicos, considerando que as ações do setor público têm estado aquém da retribuição do setor à economia.

Grande parte do sucesso do setor resulta dos valiosos investimentos na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e em órgãos estaduais de pesquisa e das políticas de crédito, assistência técnica e apoio à comercialização implantadas há décadas. Contudo, a correlação entre o produto da atividade agropecuária e as políticas públicas vem enfraquecendo-se ao longo dos anos.

Na gestão do novo governo, até por conta do desequilíbrio das contas públicas, há a oportunidade de realinhar as políticas e as estratégias às necessidades do setor, a fim de impulsionar a sua modernização em pilares sustentáveis de crescimento, assentados na economia de mercado.

A aprovação da reforma da previdência é crucial para o equilíbrio fiscal e a atração de investimentos estrangeiros para a área de infraestrutura. A reforma representará um ponto de inflexão na retomada do crescimento e deve estabelecer as condições básicas para a implantação de uma política baseada em instrumentos de mercado, sobretudo para o crédito e o seguro rurais.

O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2019/2020, frente à restrição orçamentária imposta pelo Ministério da Economia, expôs um novo viés em termos de política agrícola. O plano é pontual, mas sinaliza a tendência para os próximos anos, uma vez que a programação de financiamento privado com recursos livres se elevou consideravelmente, bem como o incentivo ao seguro rural como mitigador de risco.

O cenário econômico que vem se delineando levará o Brasil a ter taxas de juros bem próximas das praticadas por países desenvolvidos, criando um ambiente saudável, de maior concorrência e menor dependência de subvenções ao crédito. O seguro, como instrumento de administração do risco climático e de mercado, pode concorrer para reduzir os *spreads* e fomentar o mercado de crédito privado para o agronegócio.

A transição para esse modelo não pode ser abrupta, pois é preciso desenvolver o mercado e garantir a adaptação dos agentes ao novo ambiente de negócios. A semente está plantada com o PAP 2019/2020, que aumentou os recursos do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) para R$ 1 bilhão em 2020 e que pode contar com até R$ 2 bilhões no ano seguinte a depender da evolução do mercado, segundo a ministra da Agricultura, Tereza Cristina. A intenção do governo vem ao encontro da demanda da FAESP, que, há anos, clama por maior apoio ao seguro rural e políticas sólidas de sustentação de renda para os produtores rurais, que são a base do agronegócio.

Produtores, seguradoras, resseguradoras, corretores e agentes do setor precisam trabalhar juntos pelo seguro rural. Deve-se aproveitar a conjuntura favorável e contornar os entraves que impedem a sua expansão. É o momento de garantir definitivamente a consolidação desse instrumento no cerne da política agrícola brasileira. ■



DIÁRIO DE BORDO

EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) e embaixador especial da FAO para as Cooperativas

A EDUCAÇÃO é tema recorrente em conversas de qualquer brasileiro medianamente informado, e sempre se conclui que o País não fez a sua lição de casa quanto a ele, o que explicaria grande parte do nosso baixo crescimento. Também é frequente a comparação entre o nosso progresso e o observado em países que investiram bastante em educação, e fica evidente o quanto ficamos para trás.

A própria produtividade do trabalho no Brasil é baixa em função desse fato, de modo que nada é mais consensual do que a necessidade de investir em educação. O pior é a certeza de que precisamos fazer muito mais do que fizemos, e, mesmo que o façamos imediatamente com bastante vigor, os resultados demorarão mais ou menos uma geração para ser sentidos por todos.

Atualmente, cerca de 83% dos nossos jovens não vão para o Ensino Superior, e há uma correlação entre essa estatística e a violência. Segundo o Atlas da Violência publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 5 de junho passado, "a morte violenta intencional de jovens entre 15 e 29 anos aumentou 38% no período [entre 2007 e 2017]. Em 2017 representou 54% do total dos homicídios"... Outro alerta evidente: o desemprego chega a 30% entre os jovens até 24 anos, sendo que, mesmo com o desaquecimento da economia global, a média planetária nessa faixa de idade é de 13%, bem menos da metade da nossa...

Ora, se apenas 17% dos nossos jovens chegam à universidade, o que estamos fazendo por todos os demais? Entre os países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 44% dos que não vão ao Ensino Superior conectam-se com o mundo do trabalho via Ensino Médio, por meio do ensino profissional e tecnológico. E, no Brasil, esse número está em trágicos 9%! Aqui está um ponto para reflexão.

O Governo já preocupou-se com isso: no final de 2018, foi aprovada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que enfatizou essa questão, podendo melhorar mais rapidamente o nosso desempenho profissional num futuro próximo por meio da educação técnica em larga escala. Na prática, a nova Lei abre uma porta de entrada para jovens num momento crítico de suas vidas, acenando para a sua prosperidade e a de suas famílias. A partir de 2020, todas as escolas deverão oferecer opções para o Ensino Médio, em cinco macrocampos, chamados de "itinerários formativos". Quatro deles são acadêmicos, e um é de educação técnica.

De fato, faltam técnicos de nível médio. Na agricultura, temos excelentes engenheiros-agrônomos, médicos-veterinários, engenheiros florestais, zootecnistas, mas faltam, por exemplo, agrimensores. Nas cidades, dá-se o mesmo: temos engenheiros e arquitetos, mas faltam técnicos em hidráulica, em eletricidade, em automação e em segurança. A economia real anseia por esses profissionais, e, em muitos casos, a remuneração deles é maior do que a dos de nível superior. E há um pormenor: técnicos com essa formação estão conectados com as realidades regionais e territoriais, podendo promover mudanças simples que resolvam demandas não solucionadas até então.

A ONG Todos Pela Educação avalia que 95% dos estudantes secundaristas querem conhecer a educação técnica.

Mãos à obra: temos que montar uma política educacional para o ensino profissional e tecnológico. Ele é emancipador para os jovens e altamente progressista para o País. ■

Na agricultura, temos excelentes engenheiros-agrônomos, médicos-veterinários, engenheiros florestais e zootecnistas, mas faltam técnicos, como, por exemplo, agrimensores.

PRODUZIR

ACORDO MERCOSUL-UE ABRE NOVA ERA DE OPORTUNIDADES



MARCELO VIEIRA
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

O ACORDO entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE), oficializado no fim de junho último, pode abrir portas para uma nova era do nosso agronegócio. Antes de tudo, é histórica a sua conclusão após vinte anos de longas negociações. Além disso, representa um passo importante rumo ao processo de modernização e abertura econômica para o Brasil. Trata-se de um empurrão que tira o MERCOSUL da zona de conforto, aproximando o bloco de um mercado consumidor importante. É preciso ponderar, no entanto, que o tratado, sozinho, não assegura a expansão das exportações nacionais.

Com a oficialização do tratado, é notório que algumas cotas agrícolas são basicamente as mesmas que os europeus ofereciam há duas décadas, ainda longe da nossa pretensão inicial. Estão, sobretudo, abaixo do esperado as menos de 100 mil toneladas para carne bovina e as 180.000 toneladas para açúcar, valor este considerado pequeno até para um produtor significativo, pois o Brasil exporta para o mercado uma média de mais de 25 milhões de toneladas anuais.

Devemos considerar, antes de tudo, que a economia do MERCOSUL deverá crescer, o que, consequentemente, ampliará o tamanho do mercado obtido de forma preferencial pelos europeus. Segundo a experiência dos melhores *experts*, se esse acordo tivesse sido fechado há vinte anos, quando iniciamos essas negociações, teríamos, hoje, um acesso significativo ao mercado europeu.

Outro ponto preocupante é um possível "princípio de precaução", que dá à UE a possibilidade de impor restrições sem fundamentação científica caso o MERCOSUL não consiga provar que as exportações são livres de danos. Esse pode ser um precedente perigoso na questão ambiental, em que as verdades são mais complexas de provar. Cabe ressaltar que a versão europeia não cita abertamente a existência de um "princípio de precaução", mas lista o Acordo de Paris e a Moratória da Soja como práticas que serão observadas no acordo.

Segundo dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês), o Brasil tem um dos índices mais baixos de uso de defensivos por hectare entre os grandes produtores de alimentos, mas é continuamente criticado como se os seus produtos fossem perigosos. Se considerarmos o uso por quilo de alimento produzido, o País seria ainda mais seguro, pois a sua produtividade por hectare é muito acima da média mundial. Além disso, é divulgado como tendo produtores desmatadores pelo crescimento de sua produção, sem se levar em conta que tem uma legislação ambiental mais exigente e preserva um percentual maior do seu território em relação aos demais países. Vale lembrar, ainda, que o Brasil já é o maior exportador líquido de alimentos do Planeta se considerarmos exportações menos importações e que, nas próximas décadas, será o principal supridor das áreas com deficiência alimentar, reduzindo a fome no mundo.

Apesar das ponderações, é preciso reconhecer que a retirada completa ou parcial das tarifas melhora a competitividade dos produtos brasileiros em relação aos concorrentes. Nos últimos anos, países como México, Canadá, Austrália e Indonésia vinham firmando bons acordos e ampliando sua participação no mercado mundial. É importante comemorar o acordo, que pode não atender todas as nossas necessidades de uma boa relação comercial com os europeus, mas inicia um relacionamento que deverá ser renegociado sempre que possível. ■

"...é preciso reconhecer que a retirada completa ou parcial das tarifas melhora a competitividade dos produtos brasileiros em relação aos concorrentes."



OPINIÃO

GESTÃO MUNICIPALISTA NO CAMPO

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

"MERITOCRACIA": ESSA é a palavra de ordem para os municípios paulistas. Em julho, mês em que se comemora o Dia do Agricultor, premiamos as cidades mais bem avaliadas em um *ranking* que leva em consideração apenas critérios técnicos. Trata-se de mais uma ação concreta do programa Cidadania no Campo 2030 na busca de promover o desenvolvimento do estado de São Paulo por meio do agronegócio.

Os dez primeiros colocados receberam mais de R$ 1 milhão, com premiações que variam de R$ 62 mil a R$ 500 mil. O *ranking* foi feito levando em consideração dez diretrizes que deverão ser atendidas pelos municípios para melhor pontuação, sendo elas: desenvolvimento rural sustentável; interação campo-cidade; infraestrutura rural; estrutura institucional; solo e água; resiliência e adaptação às mudanças climáticas; defesa agropecuária; biodiversidade; abastecimento e segurança alimentar; e fortalecimento social. A partir de agora, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo passa a celebrar novos convênios com os municípios interessados para as próximas edições, que ocorrerão anualmente, e destinar recursos baseados em critérios técnicos.

Mesmo em São Paulo, estado mais rico da Federação, onde o agronegócio corresponde a 20% do Produto Interno Bruto (PIB) do agro nacional, a visão dos prefeitos, muitas vezes, termina quando não há mais luz elétrica e ruas asfaltadas. Apesar disso, precisamos lembrar que é do campo que vêm os alimentos para toda a população urbana. E é o campo, também, que movimenta o PIB das cidades de interior, promovendo o desenvolvimento socioeconômico, com geração de renda e empregos. O agro é, em muitos municípios, a locomotiva que sustenta a economia.

Nesse cenário, é imprescindível que cada município olhe para a zona rural e pense em políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e à transformação do campo, levando a ele serviços e estruturas básicos, como segurança, mobilidade, conectividade, preservação ambiental e saneamento. O convênio Cidadania no Campo 2030 busca, justamente, orientar e dar diretrizes para as Prefeituras implementarem as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da área rural.

Precisamos unir esforços, integrar: estado e município, cada um com o seu foco de atuação, mas alinhados na mesma direção para aprimorar o desenvolvimento do agronegócio paulista, gerar riqueza e empregos e melhorar a qualidade de vida daqueles que trabalham e moram no campo.

Trata-se de mais uma medida da gestão do governador João Doria orientada pelo conceito de municipalização. A Secretaria de Agricultura passa a ocupar uma posição de consultora e orientadora das políticas públicas para o agronegócio. E, por outro lado, cada município passa a implementar e executar os projetos e as ações tanto para atingir boas pontuações e ser premiado com recursos financeiros, quanto para ser beneficiado com a preferência na participação de outros programas da pasta, como o Programa Melhor Caminho. Premiando os melhores, engajaremos os demais a definirem políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável e replicarem as boas práticas dos municípios vencedores.

É São Paulo demonstrando que, após um profundo aprendizado sobre o agronegócio, as áreas rurais e as necessidades da população, é imperiosa a elaboração de políticas públicas integradas aos municípios, que atendam os anseios da população e valorizem o trabalho e as riquezas gerados pelo agronegócio, independentemente de partidarismo e ideologias. ■

A visão dos prefeitos, muitas vezes, termina quando não há mais luz elétrica e ruas asfaltadas, mas é preciso lembrá-los que é do campo que vêm os alimentos para toda a população urbana.

REFLEXÃO

IMPORTANTES AVANÇOS

MARCELLO BRITO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)



DOIS ACONTECIMENTOS marcaram os meses de junho e julho para o Brasil. O primeiro foi a assinatura do acordo entre a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O segundo, e não menos importante, foi a aprovação, em primeiro turno na Câmara dos Deputados, da proposta de reforma da previdência enviada pelo governo Jair Bolsonaro.

Uma das mais longas negociações comerciais, o acordo entre a UE e o MERCOSUL começou a ser discutido em 28 de junho de 1999 e foi concretizado exatamente vinte anos depois, em 28 de junho de 2019. E o que esse acordo significa exatamente? Basicamente, cria um mercado de 800 milhões de pessoas para bens e serviços. Em termos de redução de tarifas, espera-se que os impostos sobre as exportações da UE para o MERCOSUL sejam cortados em R$ 20 bilhões por ano. Para o MERCOSUL, o acordo elimina as tarifas sobre 92% das exportações para a UE e concede "tratamento preferencial" para os 8% restantes.

O Brasil e os demais países do MERCOSUL terão maior acesso ao mercado europeu de produtos agrícolas, especialmente carne bovina, aves, açúcar e etanol. A nossa expectativa é de que as tarifas sobre suco de laranja, café instantâneo e frutas sejam zeradas. Da mesma forma, a UE terá vantagens em relação ao restante do mundo nas vendas para o MERCOSUL, com redução de impostos para 91% dos bens que as empresas europeias exportarem para o bloco – um passo importantíssimo para o Brasil, sem sombra de dúvida.

O MERCOSUL e a UE trabalharam intensamente, nesses últimos anos, para fechar o acordo. Trabalho este que merece todo o nosso reconhecimento, principalmente em relação ao atual governo, que contribuiu para o desfecho positivo dessa negociação. O acordo vem enfrentando resistência de países que garantem a seus produtores rurais subsídios como preço mínimo, juros baixos e outros benefícios. Com certeza, não teremos vida fácil para colocar os nossos produtos nesses mercados. Portanto, é fundamental que estejamos preparados para as regras desses exigentes parceiros comerciais.

Já em Brasília, com placar expressivo de 379 a favor e 131 contra, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da reforma da previdência foi votada na Câmara dos Deputados em primeiro turno. O texto aprovado pelos deputados, que ainda pode ser alterado, estima uma economia em torno de R$ 900 bilhões nas despesas da previdência em dez anos. Para que as regras passem a valer, ainda será necessária uma segunda votação na Câmara e que, depois, ela seja referendada no Senado.

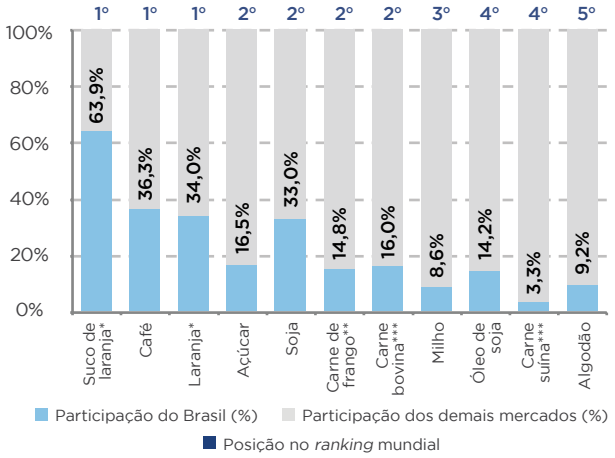
A caminhada ainda é longa, mas, se seguir nessa trajetória de equilíbrio das contas públicas e abertura de novos mercados internacionais, a economia brasileira terá um novo fôlego para avançar e se fortalecer. Isso mostrará o amadurecimento do Brasil como um país que pensa a longo prazo e que se planeja para o futuro.

No que depender do agronegócio, como um dos setores que mais contribui para o Produto Interno Bruto (PIB) do País, ele fará a sua parte para atender as demandas e as expectativas de produzir cada vez mais com sustentabilidade, cumprindo exigências dos mercados e investindo em inovação para o aumento da produtividade das suas cadeias produtivas. ■

"Para o MERCOSUL, o acordo [entre MERCOSUL e UE] elimina as tarifas sobre 92% das exportações para a UE e concede 'tratamento preferencial' para os 8% restantes."

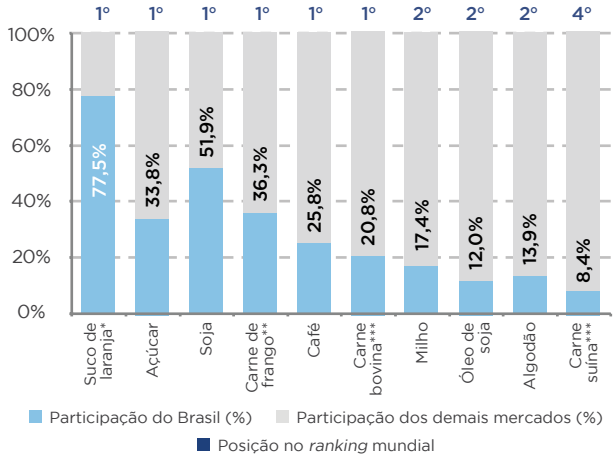
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2018/19



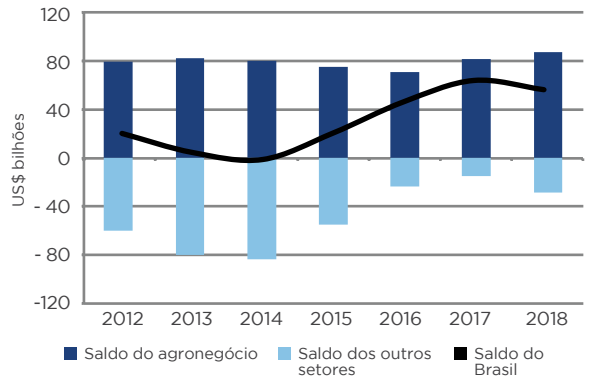
*2017/18; **2018; ***2019
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2018/19



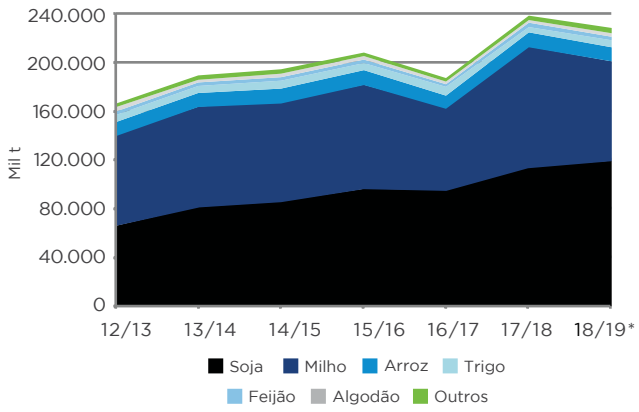
*2017/18; **2018; ***2019
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



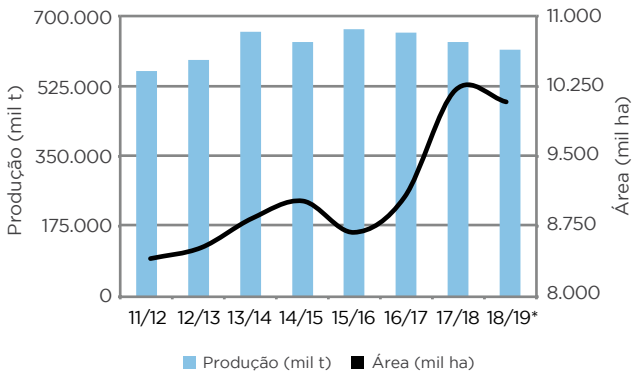
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS POR PRODUTO



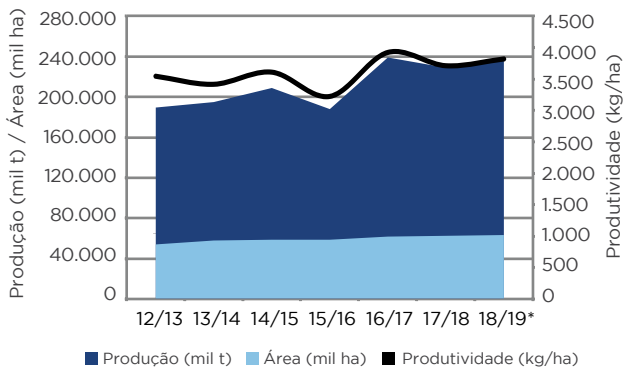
*Previsão em janeiro de 2019
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



*Previsão em fevereiro de 2019
Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



*Previsão em janeiro de 2019
Fonte: Conab

CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO ABAG E B3

AGRO: MOMENTO DECISIVO

2019



abag

[B]³ BRASIL BOLSA BALCÃO

Patrocínio Diamante

BAYER

CORTEVA agriscience

Patrocínio Ouro

agroceres

bradesco

syngenta

Patrocínio Prata

ANDEF

BANCO DO BRASIL

BASF We create chemistry

CASE IH AGRICULTURE RETHINK PRODUCTIVITY

cooxupé

FPT POWERTRAIN TECHNOLOGIES

inpEV

jacto

Mosaic Fertilizantes

NEW HOLLAND AGRICULTURE SEMPRE COM VOCÊ

pwc

Rabobank

SistemaOCB CNCOOP • OCB • SESCOOP

Tereos

Apoio Institucional

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO Secretaria de Agricultura e Abastecimento

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

FGV PROJETOS

A FGV PROJETOS, UNIDADE DE ASSESSORIA TÉCNICA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, EM PARCERIA COM O CENTRO DE AGRONEGÓCIOS DA FGV (GV AGRO), DESENVOLVE PROJETOS EM AGRONEGÓCIO NO BRASIL E EM 15 PAÍSES NO EXTERIOR.

- ESTUDOS E PESQUISAS
- ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO
- GESTÃO PARA REDUÇÃO DE CUSTOS
- ANÁLISE DE MERCADO E DE CADEIAS PRODUTIVAS
- ADEQUAÇÃO AO MEIO AMBIENTE E AO CÓDIGO FLORESTAL

NOSSAS SOLUÇÕES SÃO PLANEJADAS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS ESPECÍFICAS DE CADA ORGANIZAÇÃO

Projetos desenvolvidos para:

BID, VALE, Fibria, UNICA, ABC Agência Brasileira de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores, Governo Federal, Brasil

CONTATO:
(21) 3799-6039
DEMANDAS.FGVPROJETOS@FGV.BR
WWW.FGVPROJETOS.FGV.BR

FGV THINK AGRO
Think Tank do Agronegócio Brasileiro